

# Revisitar a Batalha de Alcácer Quibir

## The Battle of Alcácer Quibir revisited

*Luís Filipe Guerreiro da Costa e Sousa\**

Universidade Nova de Lisboa (CHAM, FCSH)

### Resumo

Poucas vezes um a batalha teve um impacto tão determinante como Alcácer Quibir. A derrota dos portugueses trouxe a breve trecho a anexação espanhola que redesenhou o mapa da Europa. Do lado islâmico, a dinastia Sádida consolidou o seu domínio do norte de África e iniciou um notável período de afirmação, tanto no continente africano como em relação aos reinos europeus. Talvez por estas razões a historiografia contemporânea venha a renovar o interesse pela época sebástica. Contudo, esta tremenda derrota continua ancorada numa abordagem demasiado focada na personalidade do rei português, mau grado a publicação de documentação coeva fundamental que ainda carece de estudos aprofundados.

### Palavras-chave

Alcácer Quibir; D. Sebastião; Sádidas; Guerra; Século XVI.

### Abstract

The Battle of the Three Kings was a major event of global proportions, as the overwhelming Portuguese defeat had international political and cultural results, in North Africa and Europe. The Muslim victory firmly established the power of the Sa'adian dynasty in Morocco whose sultans gained unparalleled international recognition and prestige, and led to the conquest of vast territories of the Songhay Empire to the south. In Portugal, the loss of the king triggered

---

\* Investigador integrado. História dos Descobrimentos e Expansão, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26, Edifício ID - 1069-061, Lisboa - Portugal. Correo electrónico: luisfilipe.ana@gmail.com

a military invasion that brought the union of the Iberian Peninsula under Spanish rule. The events that led to Alcácer Quibir had been one of the most written subjects of Portuguese culture, with the polemic personality of the Portuguese King still prevailing on almost every study. As this is probably the most documented single battle of the Portuguese sixteenth century, a renewed historical analysis – more documented-based than driven by passion – is, certainly, still an utmost need.

### Keywords

Alcácer Quibir; Dom Sebastian; Saadi; War; 16th century.

A publicação, em 2002, do livro intitulado *Sebástica*, trouxe para o grande público uma notável bibliografia geral sobre o rei D. Sebastião. Os quase 4.000 títulos coligidos sobre o tema demonstraram a pertinência de revisitar o reinado do *desejado*, assunto sempre polémico mas igualmente motivo de uma atracção irresistível. Fora de Portugal, o tema particular da Batalha de Alcácer Quibir tem também suscitado interesse, certamente pelas implicações no quadro político da Europa e Mediterrâneo: Bovill (1952), Berthier (1985), Nekrouf (1984), Coock (1992), Valensi (1996), Baños-Garcia (2006) e Comer Plummer (2015), dedicaram-lhe trabalhos, alguns particularmente importantes por acrescentarem contributos fundamentais e abrirem novas perspectivas. Contudo, todos estes textos – e muitos outros de menor dimensão e envergadura, mas igualmente importantes, assentam sobre a versão que Queirós Veloso nos deixou sobre a batalha, que embora seja uma referência imprescindível, peca por se submeter a uma crítica demasiado personalizada do soberano português. Francisco de Sales Loureiro iniciou o processo de reabilitação historiográfica de D. Sebastião, e embora se colocasse no extremo oposto de Veloso, publicou duas das relações mais importantes sobre a batalha: *A Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião* e *a Jornada del-rei dom Sebastião a África/Crónica de dom Henrique* são dois relatos presenciais imprescindíveis, repletos de detalhes preciosos sobre o curso dos acontecimentos no dia 4 de Agosto, em especial sobre a ordem de batalha do exército português.

A análise e interpretação dos diversos testemunhos à distância 400 anos levanta naturalmente problemas, tanto mais que implica a articulação de diferentes narrativas que apresentam outros tantos pontos de vista, muitas vezes contraditórios. Não é por isso de estranhar que revisitar o tema resulte na reformulação de premissas, afirmações e

conclusões prévias. Acresce ainda que, depois de preenchida uma lacuna incontornável – a visita ao local da batalha – novas evidências surgiram e, talvez como consequência da passagem por terras do Magrebe, a posição e versão do *outro* ganhou um novo fôlego. Em primeiro lugar, repescou-se o trabalho de Dahiru Yahya para enquadrar a situação político-diplomática no Marrocos sádida, e na vertente operacional da guerra reavaliaram-se os aspectos tácticos dos dois lados. O notável texto de Dziubinsky consiste no ponto de partida obrigatório para alargar o horizonte bélico no Norte de África à influência do aparelho militar Otomano, e para este último tema confrontou-se o extraordinário livro de Luigi Marsigli com alguns dos autores contemporâneos: Murphey e, ultrapassada a difícil barreira linguística, Ágoston e Inalcik. Porém, este assunto será objecto de estudo mais aprofundado no futuro: outro tema a visitar, portanto. Assim, a revista e-Strategica, como espaço de fórum internacional, parece o local ideal para oferecer este cadinho a um debate alargado.

Resta referir os cronistas presenciais da batalha de Alcácer Quibir, a principal fonte para uma análise detalhada da disposição das tropas e desenrolar dos combates. Os acontecimentos de 4 de Agosto de 1578 estão documentados por 8 portugueses, 3 castelhanos, 2 italianos, 1 muçulmano. O local onde combateram é, naturalmente, fundamental para articular os respectivos relatos e, assim, compor uma imagem geral dos acontecimentos. Frei Luís Nieto, Miguel Leitão de Andrada e Jerónimo de Mendonça combateram na primeira linha do exército, tal como o capitão Luis de Oxeda, Simão da Cunha, D. Duarte de Meneses ou o arquitecto Filipe Terzi. A experiência de outros veteranos encontra-se em versão anónima, e destes todos o mais importante é a *Crónica do Xarife...* Outras relações anónimas têm sido menos divulgadas, como o relato do auto designado “homem africano”, o ainda menos divulgado veterano espanhol publicado por Esteban Amaya, a *Relacion de le captife italien*, o curto relato de Terzi, e sobretudo o único testemunho proveniente das fileiras sáidas – e por essa razão fundamental –, *Lettre d'un Médecin Juif à son Frère*. Para além destes, várias crónicas foram escritas por terceiros, mas apoiando-se de forma mais ou menos óbvia em testemunhos presenciais, como Girolamo Franchi di Conestaggio, que eventualmente aproveitou um depoimento do embaixador castelhano Juan de Silva. Por fim, é necessário dedicar uma atenção especial à qualificação da escrita. A utilização de linguagem técnica – fala-se de “esquadrões”,

“mangas”, e muitos outros termos da nomenclatura militar da época – é demonstrativa do conhecimento da arte militar, emprestando uma credibilidade acrescida ao respectivo relato. É o caso de Luis de Oxeda, capitão de uma das companhias do “tercio” espanhol, do autor anónimo da *Crónica do Xarife Mulei Mahamet e Del-Rei D. Sebastião*, ou na crónica atribuída a frei Bernardo da Cruz.

## 1. O Norte de África e a Península Ibérica no século XVI

Desde a conquista de Ceuta em 1415 que os portugueses estenderam a sua presença na costa do norte de África. Ocupou um lugar de destaque no reinado de Afonso V com a conquista de Alcácer Ceguer (1458), Arzila e Tânger (as duas em 1471), onde havia fracassado o infante D. Henrique, em 1437. Esta sucessão de conquistas, que se intensificou no primeiro quartel de Quinhentos, ocorreu em clara competição com os vizinhos ibéricos. Foram vários os incidentes que sucederam, nomeadamente com a posse das Canárias, o que tornou necessário demarcar zonas de influência. Este acordo só foi assegurado pela convenção de Sintra de 1509, e logo se seguiu um intenso período de alargamento territorial: os espanhóis conquistaram Mers el-Kebir (1506), Velez (1508), Orão (1509), os portugueses estabeleceram-se em Santa Cruz (1505), ocuparam Safim (1508) e conquistaram Azamor (1513). O estrondoso insucesso da expedição a Mamora em 1515 levou D. Manuel a abandonar a construção de mais fortalezas, colocando um ponto final ao esforço militar que havia atingido o zénite com o ataque à cidade de Marraquexe em 1515. A mesma cidade de onde partiriam os xarifes sáidas à conquista de todo o Norte de África Ocidental.

A situação militar deteriorou-se a partir dos anos 30 de Quinhentos, culminando com a queda da fortaleza de Santa Cruz em 1541, depois de um prolongado cerco durante o qual os sáidas revelaram dominar todo o tipo de armamento moderno incluindo a artilharia de assédio. A dispersão das posições era insustentável, e as fortificações necessitavam de extensas reformulações urgentes. Era, contudo, inviável levar trabalhos de fundo em todos os lugares no Norte de África, mesmo que limitados à construção de “fortalezas roqueiras”, como sugeria o infante D. Luís<sup>1</sup>. Em 1541 D. João III ordenou o abandono de Azamor e Safim,

1 Rafael MOREIRA, “Arquitectura militar do Renascimento: A arte da guerra do Renascimento”, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Alfa, Lisboa, 1989,

levando á prática uma vontade expressa desde há muito. Ao mesmo tempo que se evacuaram as praças, iniciaram-se os trabalhos que levaram à refundação de Mazagão com um traçado moderno, e dois anos depois foi a vez de reformular Ceuta em iguais moldes, com o concurso da mesma dupla: o arquitecto Diogo de Arruda e o engenheiro militar Benedetto de Ravena. Em 1550 despejaram-se Arzila e Alcácer Ceguer, reduzindo a presença portuguesa a três lugares, Ceuta, Mazagão e Tânger. Esta última posição foi objecto de nova campanha, mais demorada e polémica, mas que levou à construção de uma fortíssima cidadela com traçado angular.

O abandono dos “lugares de África”, se bem que apoiada por vários pareceres favoráveis de personalidades reconhecidas como Lourenço Pires de Távora, estava longe de ser unânime. E, curiosamente, a perda de Santa Cruz não alterou este facto, pois a maioria continuava a manifestar-se contra o abandono<sup>2</sup>. Inevitavelmente, o prestígio militar português ficou abalado, como aliás se vaticinou na altura<sup>3</sup>, ao mesmo tempo que a popularidade dos xarifes aumentou dramaticamente. Desintegraram-se várias alianças entre os cristãos e chefes locais<sup>4</sup> – os chamados “mouros de pazes” – que permitiam mitigar a dependência das guarnições das praças dos abastecimentos provenientes do reino e, não poucas vezes, da Andaluzia<sup>5</sup>. Carlos V, pelo seu lado, estava decidido a reforçar a presença espanhola no Norte de África. A luta travava-se então contra os otomanos e os potentados locais seus subsidiários, em particular os reinos de Tunes e Argel. De um ponto de vista estratégico, o controle do triângulo formado pela Sicília, Tunes e a ilha de Malta permitia o domínio do acesso ao Mediterrâneo Ocidental, um espaço vital tanto para espanhóis como para portugueses. Tunes foi ocupado em 1535, e para rematar esta formidável conquista seguiu-se nova expedição a Argel, autêntico espinho cravado nas intenções expansionistas espanholas. Em 1541 desembarcaram 20.000 homens a sitiarem a cidade, mas uma enorme tempestade que varreu por completo os navios e des-

---

p. 151.

2 Otilia FONTOURA, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, ERTC-CEHA, Fuchal, 1988.

3 Leonor Garcia CRUZ, “As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África”, *Mare Liberum*, nºs 13-14, 1997, pp. 5-164.

4 António Dias FARINHA, *Os Portugueses em Marrocos*, Instituto Camões, s.l., 2002.

5 David LOPES, *A expansão em Marrocos*, Teorema, Lisboa, s.d.

truiu as trincheiras dos sitiados. O reembarque fez-se sob forte pressão dos sitiados, e apenas a presença de Carlos V evitou um maior descabro, mas o imperador esteve em risco de perder a vida. No final, Argel continuaria a constituir a principal ameaça para os cristãos no Mediterrâneo central.

Filipe II retomou o esforço militar na região, mas entre 1550 e 1570 as derrotas sucederam-se, e apenas em 1571 a frota coligada entre Espanha, Veneza, os estados pontifícios e a Ordem de Malta bateram os otomanos em Lepanto. Ao mesmo tempo que se fazia a guerra, tinham lugar movimentações diplomáticas: desde 1569 que os espanhóis mantiveram contactos regulares com o irmão do xarife Abdalah al-Ghalib, Abd al-Malik, que em 1573 chegou a propor uma aliança para conquistar Marrocos<sup>6</sup>. A queda definitiva de Tunes (1574) acabou por anular esta intenção e acabou por empurrar o Mediterrâneo Oriental para a esfera de influência da Turquia. Este desiderato permitiu o ressurgir do poder de Argel como base principal do corso, agora em conjunto com Tunes e Tripoli, de onde se relançou a devastação das costas da Europa Mediterrânica, desde a Sicília até Portugal. Era clara a intenção de levar a “razia” ao território cristão, e não são poucas as referências de cronistas portugueses a estes ataques, mas ameaça tomou contornos mais amplos. Nos três anos que durou a rebelião das Alpujarras (1568-71), os espanhóis enfrentaram cerca de 30.000 revoltosos numa guerra que tomou proporções assustadoras, chegando-se mesmo a reechar a reinstalação de um reino muçulmano em Espanha. Milhares de voluntários turcos e “berberescos” engrossaram as fileiras dos revoltosos, vindos do reino de Argel. A proliferação do corso pelo Mediterrâneo, que dificultava substancialmente a navegação dos cristãos, deixava antever a facilidade com que os muçulmanos podiam colocar em terras cristãs um contingente militar apreciável, fazendo reechar um desembarque de turcos nas costas da Andaluzia.

Na necessidade de desviar preciosos recursos militares para outros teatros de operações, a Turquia e a Espanha procuraram entender-se. Os primeiros contactos iniciaram-se em finais dos anos 50. Pode-se dizer que o equilíbrio a que os dois contendores chegaram criou um vazio de poder. De facto, o confronto entre as duas margens do Mediterrâneo deslocou-se para o extremo ocidental: A dinastia sádida de Marrocos

6 Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century. Problems and Paterns in African Foreign Policiy*, Humanities Press, Bristol, 1981.

afirmou-se pela intensificação do combate contra o infiel, e da mesma maneira os portugueses procuraram renovar o seu prestígio e alcançar uma nova notoriedade internacional<sup>7</sup>. Pelo seu lado, turcos e espanhóis reiniciaram discretamente as negociações em 1573, que culminaram com a assinatura de uma primeira trégua, que duraria de Março de 1577 a Fevereiro de 1578<sup>8</sup>; precisamente quando o monarca português dava o último impulso aos preparativos para a almejada campanha militar em Marrocos.

O século XVI foi uma época crucial para o reino português, que depois de estabelecer uma presença económica e militar à escala global, necessitou de um esforço ciclópico para defender esse espaço do assalto de um crescente número de potências. David Lopes afirmou que milagre foi ter sucedido uma expansão por meio-mundo, protagonizada por um país cuja população não excedia um milhão de habitantes, e saído poucos anos antes de uma longa guerra contra um vizinho com a envergadura de Castela. Salvaguardado algum exagero, tendo em consideração os benefícios das conjunturas militares e políticas regionais favoráveis, parece também natural considerar que o esforço para manter uma presença que se estendia desde o norte de África até à China se havia de tornar um fardo insuportável sobre recursos tão limitados. Quase se poderia afirmar que Portugal ficou exangue neste primeiro processo de globalização. Em todo o caso, têm sido isolados vários factores que sustentaram – ou abreviaram – épocas de crise, como os resultados da peste de 1569, e um recorrente estrangulamento no abastecimento de cereais que causou períodos de grande penúria como aconteceu no ano de 1575<sup>9</sup>.

A uma situação económica grave pelas implicações no próprio tecido demográfico, sem dúvida geradora de tensões sociais, juntou-se um novo problema, este de carácter político. A falta de um herdeiro masculino para o trono português era causa de grandes preocupações em resultado do contrato matrimonial entre as famílias reais portuguesa e espanhola, efectivado em 1543 e 1546. Na altura, o embaixador espanhol congratulava-se com a eventualidade de “o Reino de Portugal se

7 António Dias FARINHA, *Os Portugueses em Marrocos...*

8 Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, D. Quixote, Lisboa, 1995.

9 Francisco de Sales LOREIRO, *D. Sebastião e Alcázer Quibir*, Alfa, 1989.

tornasse a juntar ao de Espanha”<sup>10</sup>, e de facto alguns não enjeitavam a possibilidade de uma união ibérica. Mas, como a Rainha D. Catarina notou quando dos seus esforços para influenciar D. João III nesse<sup>11</sup> sentido, para muitos – senão a maioria – juntar as duas coroas era algo impensável. As consequências destes casamentos não foram esquecidas, e a propósito dos projectados enlaces de D. Sebastião, nas Cortes de 1562-1563 defendeu-se que a noiva viesse de França, fórmula confirmada no Conselho de Estado de 1566<sup>12</sup>. Ardentemente *desejado*, o nascimento do futuro rei D. Sebastião foi visto como um sinal promissor. Porém, a sua tarefa encontrava-se dificultada nos próprios corredores do poder. Na menoridade do neto, a regência era exercida pela viúva de D. João III que estendeu a influência espanhola, acendendo neste processo uma guerra de facções na Corte. Lourenço Pires de Távora, veterano da guerra no norte de África e Índia, diplomata de enorme experiência, esteve na primeira linha do afrontamento à regente, aliando-se ao cardeal D. Henrique que acabou por substituir a viúva de D. João III. Um acontecimento fortuito acabou por impor uma direcção inequívoca nesta teia.

Em 1562 teve lugar o cerco de Mazagão, e a resistência da guarnição durante dois intensos meses contribuiu para alterar a estratégia de abandono de posições do norte de África, que durante a regência de D. Catarina chegou a equacionar o abandono desta praça<sup>13</sup>. A vitória foi um momento crucial não apenas no plano militar, mas também evidenciando a determinação em defender os pontos fortes que ainda se mantinham no Norte de África. A população do Algarve, em particular, esteve na linha da frente da defesa da praça; de Tavira seguiram espontaneamente reforços em resposta ao pedido de auxílio do capitão da praça, Rui de Sousa Carvalho, mesmo antes de qualquer socorro enviado pela regente. Ressurgia o antagonismo religioso enraizado desde os tempos da “Reconquista”, como o demonstram as decisões das Cortes de 1562-63<sup>14</sup>, e que adquiria um novo vigor em face da real ameaça islâmica no Mediterrâneo. Era, contudo, também alimentado pela militância contra-reformista que via a disciplina marcial como forma de purgar uma sociedade moralmente doente, adulterada pela importação de hábitos

10 Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião (1554-1578)*, ENP, Lisboa, 1945, 3ª ed. Ver. E amp., p.8

11 Maria Augusta Lima CRUZ, *D. Sebastião*, Círculo de Leitores, 2006.

12 *Idem*.

13 *Idem*.

14 Francisco de Sales LOUREIRO, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, Alfa, Lisboa, 1989.



orientais de ostentação e luxo. A guerra parecia uma via para devolver a posição cimeira de outrora. Profundamente influenciado pela rígida moral dos seus mentores jesuítas, D. Sebastião abraçou este ideário, e muitos apoiaram o rei sem reservas. Rodeado por figuras importantes da nobreza, aglutinou-se ainda à sua volta uma jovem fidalguia ansiosa por ganhar proeminência. Cristóvão de Távora, por exemplo, era um dos filhos do influente Lourenço Pires de Távora, que entretanto se havia retirado da corte, e que havia de tornar o principal valido do rei.

A situação política em Marrocos era propícia a uma intervenção dos portugueses. Até ao advento dos xarifes, a zona da África do norte onde hoje se integra o actual Marrocos dividia-se em dois principais blocos, o reino de Fez a norte, e a região que orbitava em torno da cidade de Marraquexe situada no sul. Depois de um prolongado conflito que durou até ao terceiro quartel do século XVI, os governantes de Marraquexe estenderam a sua autoridade a todo o território. Apesar do poder unificado dos xarifes, guerras civis estalaram pelo meio, a mais importante das quais surgiu com a crise sucessória depois da morte de Abdalah al-Ghalib. Em 1557 Muhammad es-Sheiq morreu, tendo antes nomeado seu sucessor Mulei Abdalah. A lei que regulava a sucessão entre os primeiros sáidas determinava que, na morte do herdeiro escolhido, a coroa deveria passar para o tio (o irmão mais velho do anterior sultão, seu pai). Portanto, a chegada ao trono do novo sultão colocava em perigo os presumíveis herdeiros, e por essa razão os eventuais pretendentes escolhiam frequentemente o exílio. Foi o que aconteceu com Ab al-Malik e os seus três irmãos, que depois do irmão Abdalah ocupar o trono fugiram.

Exilado em Argel, preparou-se para um eventual retorno a Marrocos. Um passo importante nesse sentido foi a amizade que estabeleceu com André Gaspar Corso<sup>15</sup>, um de vários irmãos ao serviço de Filipe II que possuíam uma notável reputação negocial – esteve no centro das negociações entre o monarca espanhol e o próprio Abd al-Malik desde 1569 – e que depois desempenhou um papel de relevo no rescaldo da batalha de Alcácer Quibir. Passou depois a Constantinopla, onde absorveu a extraordinária cultura dos otomanos. O conhecimento da sua arte militar foi uma das facetas que procurou dominar, notabilizando-se nas campanhas militares que entretanto tiveram lugar. Depois da

---

15 Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century...*

morte do irmão pugnou pelo seu direito à sucessão, causa que o sultão Murad III não enjeitou, entrevedo a possibilidade de pressionar as negociações que decorriam com a Espanha. Com a morte de al-Ghalib em 1574, o trono teria de caber a al-Malik, mas aquele designou o seu filho Mulei Muhammad – que adoptou o nome real de al-Mutawakkil – lançando uma luta que culminaria com a batalha de Alcácer Quibir. Em 1576 Ab al-Malik saiu de Argel com um exército relativamente pequeno mas coeso, que contava com mercenários experientes e armamento moderno. O trem de artilharia era comandado por Muhammad Zarqun, um veterano da revolta de Alpujarras, que depois esteve presente em Alcácer Quibir. Al-Malik bateu o sobrinho em dois encontros perto de Fez, e pouco tempo depois entrava vitorioso em Marraquexe.

Dois anos depois da ascensão de Ab al-Malik ao poder, a situação não se encontrava de forma alguma estabilizada. A verdade é que o aprofundamento das reformas militares de Muhammad es-Sheiq, e em especial a vulgarização de muitos dos costumes otomanos, colidiu com uma sociedade multifacetada mas profundamente conservadora. Por outro lado, o papel fulcral desempenhado pelos descendentes do reino de Granada, cujos últimos representantes haviam sido recentemente expulsos depois da revolta das Alpujarras, era contestado pela ascensão de uma nova elite militar<sup>16</sup>; o novo protagonismo cabia agora aos “elches”, que por serem convertidos ao Islão – dependendo directamente do sultão – ofereciam uma lealdade mais consistente. Os andaluzes haviam sido instrumentais para a vitória de al-Malik, nomeadamente a deserção deste contingente durante a batalha de Kandoq er-Rihan<sup>17</sup>, e o descontentamento era inevitável. Suspeitava-se de que se encontrava em preparação uma possível traição de al-Dogali<sup>18</sup>, mas não convinha eliminar definitivamente um homem tão influente – pelo menos antes de resolvida a campanha crucial que se avizinhava. Foi decidido deixar na região do Sus todos os alcaides suspeitos, vigiados por soldados “xarracas” às ordens do filho de Ab al-Malik, Muhammad al-Saidj<sup>19</sup>.

16 Mercedes GARCIA-ARENAL, “Los andalusíes en el ejército sa’di: un intento de golpe de estado contra Ahmad al-Mansur al-Dahabi (1578)”, *Al-quantara*, v.5, Madrid, 1984.

17 Weston COOCK, *The Hundred Years War in Morocco: gunpowder and the military revolution in the early modern muslim world*, Westview, s.l., 1994.

18 Mercedes GARCIA-ARENAL, “Vidas ejemplares: Sa’id Ibn Faray al-Dugali (m.987/1579), un Granadino en Marruecos”, *Relaciones de la Peninsula Iberica com el Magreb siglos XIII-XVI*, actas, IHAC, Madrid, 1988.

19 Mercedes GARCIA-ARENAL, “Vidas ejemplares: Sa’id Ibn Faray al-Dugali...”.

Por outro lado, o simples facto de o sultão deposto se encontrar em território marroquino era suficiente para alimentar a revolta. Al-Mutawakkil refugiou-se na região do Atlas, pouco tempo depois do rival entrar em Marraquexe, onde procurou a ajuda dos morábitos da irmandade sufi “Jazuliya”<sup>20</sup>, que haviam estado entre os mais importantes apoiantes dos sáidas no início da sua luta pelo poder. Para Abd al-Malik era crítico submeter a região. De facto, quando partiu de Marraquexe (20 de Abril de 1578) não pretendia apenas recolher gente para fazer face à expedição portuguesa, que sabia estar em preparação. O cronista, o “homem africano”, dá-nos conta que, depois de um périplo por todo o reino, Ab al-Malik dirigiu-se a Tarudante onde reprimiu um importante foco de revolta. Consciente da valia militar do seu rival, o sultão destituído jogava em várias frentes. Primeiro, pediu auxílio aos espanhóis, que então desenvolviam negociações com sultão otomano Murad III<sup>21</sup>. Al-Mutawakkil procurou então atrair o interesse do soberano de Portugal. O alcaide de Arzila entregou a cidade aos portugueses em 1577, antes da formalização do pedido de ajuda<sup>22</sup>, aguçando o interesse do monarca português. A submissão à coroa portuguesa seguir-se-ia certamente, como sucedeu com os espanhóis com a cidade de Tlemcen (1518), e depois da conquista de Tunes (1535)<sup>23</sup>. O reconhecimento da soberania portuguesa por parte de al-Mutawakkil seria, naturalmente, uma exigência para a entrada em cena dos portugueses, mas também é óbvio que tal só poderia ter lugar no decurso de uma campanha militar enfrentando directamente – e vencendo – o prestigiado Ab al-Malik.

## 2. A “Revolução Militar” em Portugal e Marrocos

Durante o século XVI, especialmente a partir do terceiro quartel, encontramos um interessante paralelo entre as realidades de Portugal e Marrocos, que consiste num processo de renovação das práticas militares. A postura agressiva que os governantes dos dois países impri-

20 António Dias FARINHA, *Os Xarifes de Marrocos*, Estampa, Lisboa, 1983.

21 Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico...*

22 Leonor Garcia CRUZ, “As Controvérsias ao Tempo de D. João III...”. Em Julho de 1574 chegou a Portugal uma pequena comitiva proveniente de Marrocos, trazendo o pedido de auxílio de al-Mutawakkil (Joaquim Veríssimo SERRÃO, “Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião”, sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, v.24, IUC, Coimbra, 1958, p.123.

23 Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century...*

miram implicou proceder à reorganização profunda dos respectivos aparelhos militares. Assim, a chegada dos sáidas ao poder foi acompanhada pela progressiva introdução de práticas de guerra inspiradas pela experiência dos otomanos<sup>24</sup>, tal como os portugueses se procuraram ajustar ao que de mais recente se experimentava na Europa<sup>25</sup>. Durante os reinados de D. Manuel até D. João III tiveram lugar várias tentativas de renovação do sistema militar. No primeiro caso, as reformas foram postas à prova no teatro de operações africano. Na defesa de Arzila (1508) participou um contingente espanhol às ordens de Pedro de Navarro, que despoletou a introdução de alterações à *praxis* habitual nas praças do Norte de África. Na Batalha dos Alcaides (1508), duas companhias de soldados de infantaria combateram em formaturas regulares, que aliás salvaram o dia depois de uma carga desordenada dos homens-de-armas<sup>26</sup>. Mas a grande demonstração teve lugar com a marcha do exército do Duque de Bragança sobre Azamor (1513), efectuada por terra desde Mazagão<sup>27</sup>, com uma formatura idêntica à que Navarro utilizou para tomar Orão (1509).

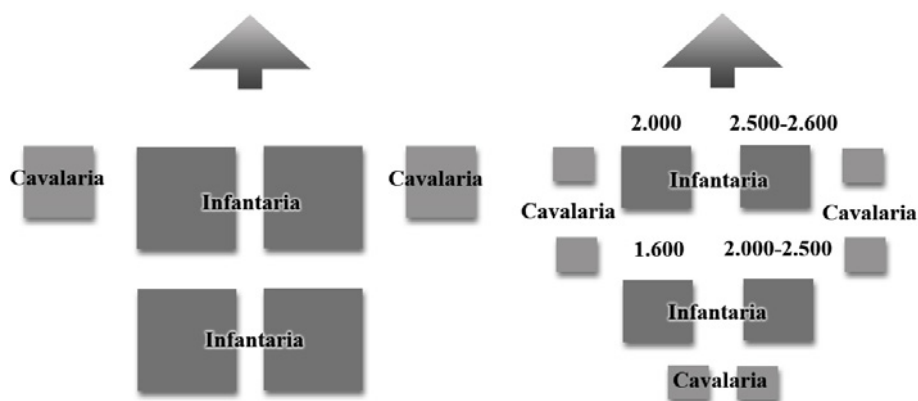


FIGURA 1.  
As formaturas em Orão (1509) e Azamor (1513)

24 Weston COOCK, *The Hundred Years War in Morocco...*

25 Luís Costa e SOUSA, *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*, IESM, Lisboa, 2013.

26 João Paulo Oliveira e COSTA, Vítor Gaspar RODRIGUES, *A Batalha dos Alcaides (1514). No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, Tribuna, Lisboa, 2007.

27 De notar a semelhança na forma como se desenrolou a campanha de 1578.

O facto de se combater no Norte de África à maneira da Europa não foi sinónimo de vitória. A expedição a Jerba (1510), apesar de comandada por Navarro, saldou-se numa derrota, pelas mesmas razões que iam levando a uma catástrofe durante a batalha dos Alcaides. Em Mamora (1514), o complexo ataque por terra e mar à bateria que batia a posição principal dos portugueses, resultou num tremendo fracasso que, a prazo, ditou o abandono do local. Na Índia do governo de Afonso de Albuquerque, os soldados foram enquadrados numa estrutura orgânica de efectivo fixo e introduzido um regime de adestramento periódico<sup>28</sup> que, provavelmente, permitiu que em determinadas situações os soldados combatessem em formaturas regulares, como foi o caso do assalto ao passo de Benasterim, em Goa (1512). O revés de Mamora e o fim da governação de Albuquerque – marcado pelo fiasco de Aden – puseram um fim prematuro a este processo, ainda pouco consolidado. E no reinado de D. João III, os *Apontamentos* de Cristóvão Leitão, que surgiram por ocasião da crise das Molucas<sup>29</sup>, seguidos pelo regimento de 7 de Agosto de 1549, demonstraram a incapacidade do rei para implementar um sistema que iria forçar as elites tradicionais a abrir mão do seu poder.

A implementação de novas atitudes e modelos militares, seja no domínio da vertente táctica da arte militar, ou no âmbito da fortificação, está naturalmente associada à própria existência de conflitos que facilitam a introdução de novos métodos de combate. Não faz por isso sentido falar do recrudescimento da agressividade bélica na época sebástica sem referir o processo de reforço do poder central que lhe está associado, no qual o exercício do controlo régio na condução da guerra ocupa um lugar privilegiado. O domínio das fontes de recrutamento, situação ensaiada pelos antecessores de D. Sebastião, foi um dos aspectos fundamentais da reestruturação militar do reino que teve lugar durante o seu reinado. Esta situação foi comum à quase totalidade dos países europeus no decurso do século XVI, que procuraram reformular o sistema militar vigente de forma a obter a sua subordinação ao monarca. A Espanha consiste no exemplo paradigmático, pois para manter um ascendente nos territórios sob a sua influência, necessitava de um fluxo permanente de soldados para alimentar os exércitos nos diversos teatros de operações.

28 Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, “As companhias de ordenança no Estado Português da Índia: Ensaio sobre o seu insucesso”, *Oceanos*, n.ºs 19-20, 1994, pp. 212-218.

29 Jean AUBIN, “Le Capitaine Leitão: Une sujet insatisfait de D. João III”, sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 29, IUC, Coimbra, 1983, pp. 87-152.

No último quartel do século XVI português, a expectativa de uma intervenção militar despoletou um esforço institucional sem precedentes, que perdurou, praticamente inalterável, por quase 100 anos. Este esforço foi acompanhado pela actualização do conhecimento militar, em especial quando falamos no reinado de D. Sebastião. Numa criança que não conheceu qualquer dos pais e que também não contou com grande expressão de afecto da família próxima, não surpreenderá a sua vocação para as coisas da guerra. Era um ávido leitor de literatura militar, provavelmente conhecedor dos autores de referência da altura, mantendo trocas de impressões regulares com “gente da guerra”. O primeiro tratado militar português impresso data do seu reinado, as *instruções militares*, cujo autor foi o arquitecto-engenheiro-militar Isidoro de Almeida. Exercitava-se regularmente em toda a espécie de disciplinas marciais, destinadas a dotá-lo da resistência física que lhe permitisse desempenhar papel activo numa futura campanha militar. E foi ele o grande motor da expedição, o que motivou o Duque de Alba a declarar que a vitória em África constituiria uma consagração pessoal do monarca português; pelo menos, assim o afirmou o embaixador espanhol Juan da Silva<sup>30</sup>.

O seu reinado o foi profícuo na produção de legislação de carácter militar; as leis promulgadas contemplavam a normalização do armamento, passando pela fortificação costeira, a construção naval, e a centralização do recrutamento e enquadramento sistemático dos homens em companhias. A criação deste tipo de unidades militares teve o seu início oficial a 6 de Março de 1568 – ainda durante a regência do cardeal D. Henrique – com a criação, no Porto, de companhias com o efectivo de 300 homens, regime que se estendeu, ainda nesse mesmo ano, ao Oriente. Em 1570, o *Regimento dos Capitães-Mores* generalizou o levantamento das capitánias à totalidade do território, agora designadas como companhias. Reduziu-se o seu efectivo de 300 para 250 soldados, fixando definitivamente uma orgânica idêntica para todo o reino, e definido um regime adestramento periódico. Na prática, as chamadas “ordenanças militares sebásticas” resumiram todo o esforço levado a cabo desde a época de D. Manuel numa única série de diplomas publicados entre 1568 e 1574, que reestruturaram o poder militar do reino de acordo com um sistema único e coerente.

---

30 Maria Augusta Lima CRUZ, *D. Sebastião...*

A grande referência legislativa veio da experiência espanhola, da qual se adoptaram muitos aspectos – o efectivo de cada companhia, por exemplo – mas o sistema que vigorava no ducado de Sabóia também influenciou significativamente as leis militares promulgadas por D. Sebastião. Esta é especialmente visível na periodicidade dos exercícios de campo, dos quais existem vários registos da participação de oficiais contratados naquele ducado. O rei esteve sempre profundamente comprometido com as reformas em curso, e seguiu de perto a sua implementação. Presenciou diversos exercícios entre 1570-72, e em 1573 deslocou-se ao Alentejo e Algarve, permitindo uma avaliação da situação no terreno: esta revelou-se um sucesso, com 122 companhias de ordenanças inspeccionadas, correspondendo a mais de 20.000 homens. A realidade do cumprimento da legislação levou a alterações ao diploma inicial, e em 1574 fez publicar *Providências* à lei de 1570, pelas quais se procurou aligeirar o encargo das populações com os exercícios periódicos agravando, ao mesmo tempo, as penas pelo incumprimento das disposições do regimento, nomeadamente no que respeitava às faltas dos soldados ou inexistência de armas. Pouco depois ordenou a preparação de um contingente de tropas, cerca de 2.000 homens, e seguiu para o Norte de África com o intuito declarado, nas palavras do próprio rei, para que a “*gente se exercitasse nesta guerra, e do exercício dela saíram Capitães e soldados experimentados com que melhor se pudesse prosseguir e fazer ao diante*”<sup>31</sup>. No seu horizonte estava, sem qualquer dúvida, uma nova expedição de muito maior âmbito.

Não é possível falar da guerra no mundo islâmico da época moderna sem referir a influência militar dos otomanos. Podemos apreciar o poder desta máquina de guerra ao verificar que os otomanos varreram todos os reinos cristãos do leste europeu até à Áustria, expulsaram os portugueses do Mar Vermelho, submeteram os Mamelucos do Egipto e venceram a Pérsia, estendendo a sua influência do Mediterrâneo ao Índico. O longo amadurecimento do estado otomano, desde que Osman fundou esta nova dinastia e proclamou a sua independência dos seljúcias no fim do século XIV, foi acompanhado pelo aperfeiçoamento de um potencial militar que assentou em dois pilares: a) As contingentes dos aliados turcomanos, que no início do século XVI consistiam na cavalaria mobilizada nas províncias através do sistema do “timar”, e cujo serviço sazonal era retribuído com uma atribuição fundiária e parte do saque resultante da campanha mili-

31 Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1678)*, APH, Lisboa, 1987, 2ª ed. corrig. e aum., p. 332.

tar; b) As tropas palacianas constituídas por escravos, tal como sucedeu nos califados Abássidas e mais tarde com os Mamelucos do Egipto, e que formaram o embrião do contingente regular designado por “kapu kulu” – que significava os “servidores do palácio”<sup>32</sup>. O primeiro núcleo formava a parte mais significativa do potencial militar, mas era no segundo que assentava o principal pilar do estado otomano, dado a dependência directa destes homens em relação à pessoa do sultão<sup>33</sup>. Na mesma altura em os europeus procuravam eliminar as levas de soldados fornecidas pelos fidalgos, substituindo-as por um recrutamento centralizado, os otomanos articularam os dois sistemas de forma particularmente feliz.

Durante todo o século XVI viveu-se em Marrocos uma longa revolução militar<sup>34</sup>, ainda que o debate sobre qual o real significado desta designação continue na ordem do dia desde a sua formulação por Roberts (1956)<sup>35</sup>. Mas é um facto a partir do primeiro quartel do século se assiste à progressiva introdução de novos meios e métodos de fazer a guerra. Destes destaca-se a proliferação de armas de fogo entre as populações de Marrocos, introduzidas por diversas vias: através da compra de armamento (proveniente da Europa e de Argel, por exemplo), e pela mão dos “andaluzes” (expulsos da Península Ibérica) e de “renegados” europeus. Apesar dos otomanos se apresentarem como os grandes campeões do Islão, a sua progressão pelo Mediterrâneo entrou em conflito com a vivência autónoma dos povos da ponta ocidental do Magrebe. O poder regional dos morábitos foi um dos principais obstáculos à entrada da influência do levante<sup>36</sup>, mas também alguns grupos que se mostravam avessos a partilhar o protagonismo de que gozavam, como os “andaluzes”, que tinham usufruído do monopólio da fabricação e utilização da artilharia até ao último quartel do século XVI<sup>37</sup>. Mau grado estes obstáculos, a preponderância da máquina militar dos otomanos, tantas vezes vitoriosa no campo de batalha contra os cristãos, fez-se sentir desde cedo entre a elite militar da nova dinastia.

O exército que Abd al-Malik levou a Alcácer Quibir contém os elementos fundamentais da ordem de batalha otomana. Os cronistas presen-

32 Rhoads MURPHEY, *Ottoman Warfare 1500-1700*, UCL, Londres, 1999.

33 Rhoads MURPHEY, *Ottoman Warfare...*, pp. 35-63.

34 Weston COOCK, *The Hundred Years War for Morocco...*

35 Desde Michael Roberts, o debate sobre este tema continua com Geoffrey Parker (1988-1996), David Eltis (1995), Bert Hall (1997), Keneth Chase (2003), James Raymond (2007), para citar apenas alguns dos mais significativos.

36 Mercedes GARCIA-ARENAL, “Los Andalusies en el ejercito sa’di...”.

37 Mercedes GARCIA-ARENAL, “Los Andalusies en el ejercito sa’di...”.



ciais da batalha de Alcácer Quibir são unânimes ao descrever a forma semi-circular do exército sádida, e a origem otomana na configuração “lunada” ou “semi lunar” do exército marroquino, designando-a como “ordem turquesca”<sup>38</sup>. Mas não é apenas esta forma que permite traçar um paralelo indiscutível com o modelo militar otomano, pois trata-se de uma configuração táctica comum entre os árabes, desde os exércitos dos primeiros califados Abássidas aos dos sultões Mamelucos<sup>39</sup>. De um modo geral, é na criação de um núcleo de tropas permanentes com carácter regular que reside a principal influência otomana. A principal força do exército sádida residia na “almagasenia”<sup>40</sup>, designação que deriva do vocábulo árabe “makhzaniyya” que, tal como os “kapu kulu”, eram as tropas que constituíam a guarda do sultão, e que auferiam soldo pago pelo “erário ou tesouro”<sup>41</sup>. Este corpo regular era constituído por soldados de diversas origens: Os “andaluzes” oriundos do antigo reino de Granada, os berberes “gazulas” (yazula) que habitavam a encosta saariana do Atlas, os “azuagos” (Zouaoua) e “xarracas” (sharquis) oriundos da região de Bejaia (actual Bougie) e do leste de Argel, respectivamente<sup>42</sup>, e os renegados cristãos convertidos ao Islão de diversas origens (os “elches”). Estes soldados possuíam larga experiência militar obtida nas guerras civis, e, tal como os “janízaros” otomanos, eram exclusivamente atiradores. Muitos ainda possuíam armas de fogo portáteis neurobalísticas, vulgo “bestas”. Estas eram ainda muito populares entre o contingente dos “andaluzes”<sup>43</sup>, mas a maioria encontrava-se equipada com arcabuzes e “escopetas grandes como mosquetes e que tiram onça e meia de bala”<sup>44</sup>, um modelo otomano importado de Argel com poder de fogo e alcance superior aos arcabuzes<sup>45</sup>.

A “*principal fuerza de los reyes de Marruecos*”<sup>46</sup> consistia no contingente regular, mas paradoxalmente, era também aqui que se encontrava a sua

38 “Relacion de la batalla de el-Ksar el Kebir, 4 Agosto 1578 (Luís de Oxeda)”, *SIHM*, ed. Henry de Castries, v. 1, Ernest Ledoux, Paris, 1904, p. 603.

39 David NICOLLE, *The Janissaries*, Osprey, Londres, 2000.

40 “Relação de Luís de Oxeda...”, p. 19.

41 Antonio de SALDANHA, *Crónica de Al-Mansor, Sultão de Marrocos (1578-1603)*, ed. Antonio Dias Farinha, IICT, Lisboa, 1997, nota 1, p. 511.

42 *Crónica de Almansor...*

43 *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião*, ed. Francisco de Sales Loureiro, Europress, Odivelas, 1989.

44 *Crónica de Almansor...*, p. 501.

45 David NICOLLE, *The Janissaries*, Osprey, Londres, 2000.

46 “Relacion de Luís de Oxeda...”, p. 592.

maior fragilidade: a diversidade de origem das tropas que constituíam a “Makhazanyya”. Os mercenários da região do Atlas, os “gazulas”, asseguravam uma lealdade muito limitada, e existiam graves tensões entre as tropas regulares, sobretudo devido à crescente importância dos “elches” e turcos sobre os restantes soldados. O ressentimento dos “andaluzes” foi levado ao extremo, e o seu alcaide al-Dogali foi executado no rescaldo da batalha de Alcácer Quibir, por envolvimento no suposto envenenamento de Abd al-Malik. Pouco mais ou menos pela mesma altura foram exterminados uns largos milhares de mercenários “azuagos” pelo novo sultão Ahmad al-Mansur, depois de várias tentativas de revolta<sup>47</sup>.

### 3. O caminho para o Norte de África

Quatro anos antes da jornada que resultaria na batalha de Alcácer Quibir, D. Sebastião dirigiu uma expedição ao Norte de África. Este foi um empreendimento exclusivamente português, dado o seu alcance limitado como operação exploratória. O passo seguinte só poderia ser dado com a participação militar espanhola, e não se tratava apenas de contar com soldados experimentados na guerra moderna. Para cumprir o objectivo oficialmente declarado, a conquista da importante base operacional dos corsários muçulmanos no Norte de Marrocos, Larache, era também necessário um número significativo de galés. Estas embarcações eram imprescindíveis para o apoio ao desembarque em Larache, e os portugueses não as possuíam em número suficiente.

Em finais de 1576 os dois monarcas encontraram-se em Guadalupe para acertar a colaboração militar. Muito se escreveu sobre as reuniões que tiveram lugar durante a semana que durou este encontro, mas todas as versões são mais ou menos concordantes quando relatam como Filipe II procurou esquivar-se a apoiar a operação. A diplomacia filipina tinha favorecido Abd al-Malik como candidato mais forte ao trono e, eventualmente, acalentaria a intenção de aí estender a sua influência, como podemos deduzir pelas decisões dos Conselhos de Guerra de Espanha em 1575 e 1576<sup>48</sup>. Estas manobras diplomáticas, naturalmente mantidas em segredo, colidiam com as intenções do soberano português. Assim se explica que, apesar de aceitar disponibilizar a ajuda pretendida, Filipe II colocasse condições que sabia irem mais

47 *Crónica de Almansor...*

48 Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century...*

tarde revelar-se impossíveis de concretizar: Exigiu que a expedição deveria ter lugar nos oito meses seguintes e seriam necessários cerca de 10.000 mercenários. Sendo um número excessivo, o recrutamento foi dificultado – mesmo impedido – por sua ordem expressa<sup>49</sup>; a contratação de oficiais experimentados junto do duque Emanuel de Saboia foi, provavelmente, igualmente atalhada, como aliás já havia sucedido com a contratação de mercenários “tudescos”. E em finais de Abril de 1578, portanto nas vésperas da partida, Filipe II negou a contratação de dois reputados oficiais, Sancho de Ávila e Alonso de Vargas e impediu, sob pena de prisão, o levantamento de soldados na Andaluzia<sup>50</sup>.

O contingente espanhol foi conseguido à custa de voluntários que passaram a fronteira, acrescidos de 500 soldados que se juntaram à expedição já em Marrocos. O grosso do efectivo de mercenários foi contratado nos países baixos, onde foi também comprada a maioria do armamento e respectivas munições. Quanto aos soldados recrutados em Portugal, são conhecidas as dificuldades na incorporação, em parte devido à relutância da população em servir na guerra ou então devido às crises demográficas que tiveram lugar sobretudo no Norte de Portugal<sup>51</sup>. O total dos soldados das ordenanças previsto para levar na expedição deveria ser de 12.000 homens divididos por 4 terços, mas pouco mais de 9.000 foram conseguidos, muito provavelmente devido à dissolução do terço dos homiziados em finais de 1577<sup>52</sup>.

Outro aspecto fundamental do processo de planeamento, e posterior desenvolvimento da campanha, foi a missão de reconhecimento a Larche protagonizada por Diego de Torres e Francisco de Aldana. A responsabilidade tem sido atribuída ao duque de Alba, ou mesmo ao próprio monarca espanhol. Porém, e uma vez que os dois homens partiram em inícios de 1577, portanto depois do encontro de Guadalupe, parece mais crível que a decisão tivesse sido tomada em articulação com o monarca português. Até porque não parece natural que, ao mesmo tempo que se empenhava em colocar sucessivos entraves à concretização da expedição, Filipe II escolhesse dois homens que perfilhassem a opinião oposta; pois quer Aldana quer Torres – sobretudo este último – eram entusiastas da guerra ao infiel. De facto, Diego de Torres movimentava-se dentro

---

49 Maria Augusta Lima CRUZ, *D. Sebastião...*

50 Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião...*

51 Francisco de Sales LOUREIRO, *D. Sebastião...*

52 Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários...*

dos interesses da coroa portuguesa. A partir de 1546 entrou ao serviço de D. João III, ocupando-se do resgate de captivos. Nessa qualidade permaneceu em Marraquexe durante quatro anos, privando na corte sávida onde aprendeu o árabe e “registou todo o tipo de dados acerca do reino de Marrocos e dos seus vizinhos”<sup>53</sup>. Em 1554 regressou a Espanha, e entre 1560-73 terá redigido uma preciosa história de Marrocos centrada na tomada do poder pelos sávidas e nas posteriores relações com as praças ocupadas pelos portugueses. Dedicou a sua obra a D. Sebastião, que teria sido precedida por um memorial sobre o mesmo tema, também dirigido ao soberano português<sup>54</sup>. Quanto a Francisco de Aldana, entrou ao serviço de Carlos V com 15 anos, tendo combatido na batalha de São Quintino e depois na Flandres. Era já capitão de artilharia no cerco a Arlem, durante o qual foi ferido com gravidade. Durante a convalescência permaneceu em Florença, na corte dos Medici, onde adquiriu a sua formação poética, tornando-se numa das principais referências da épica espanhola no século XVI. Aldana era outro entusiasta da guerra, como o demonstra a redacção inicial da sua obra poética mais conhecida, as “*Octavas dirigidas a Filipe II*” – provavelmente datadas de finais de 1576, onde proclamou avisos inflamados sobre o perigo islâmico, e dedicou três estrofes laudatórias ao rei português<sup>55</sup>.

Partiram em Fevereiro de 1577, disfarçados de mercadores judeus. Aldana regressou a Espanha por volta de Junho, e apesar de se encontrar com a saúde muito debilitada, foi-lhe ordenado que seguisse de imediato para transmitir ao sobrinho as informações recolhidas. Em Julho encontrava-se em Portugal, e teve várias entrevistas com D. Sebastião, que acabou por adiar a expedição para o ano seguinte<sup>56</sup>. Porém, a impressão que colheu sobre o monarca português foi extremamente favorável, conforme depois relatou ao seu próprio soberano. Torres permaneceu mais alguns meses em Marrocos, tendo chegado a Lisboa em Janeiro de 1578. O diligente embaixador espanhol, Juan da Silva, apressou-se a “*advertilo*

53 Diego de TORRES, *Relación Del origen y sucesos de los Xarifes y del Estado de los Reino de Marruecos, Fez y Tarudante*, ed. Mercedes García-Arenal, Siglo XXI, Madrid, 1980, p. 5.

54 Diego de TORRES, *Relación del origen y sucesos de los xarifes...*, introdução, pp. 1-23.

55 Maria José Martínez LÓPEZ, “La primera redacción de las *Octavas dirigidas a Filipe II* de Francisco de Aldana y su inédita dedicatória en prosa, *Criticón*, nº 70, 1997, pp. 31-70.

56 Pelo teor da carta que Juan da Silva escreveu a 6 de Janeiro de 1578, aquando da chegada de Torres a Portugal, deduz-se que existiriam instruções de Filipe II no sentido de agravar as dificuldades da jornada.

que no muestre facilidade al rey”<sup>57</sup>, referindo-se à futura expedição, mas Torres parece ter-se limitado a enumerar as necessidades militares para levar a cabo um ataque anfíbio. Ambos acabaram por depois integrar a expedição, e apenas Diego de Torres sobreviveu por se encontrar embarcado na frota. No rescaldo da derrota escreveu uma carta a Filipe II, na qual se mantinha partidário da intervenção, ainda que deixando claro que defendera o desembarque em Larache. Ao mesmo tempo, criticou o seu próprio soberano pela falta das 50 galés prometidas para viabilizar um ataque anfíbio ao porto. Morreu em 1579 quando tratava do resgate dos captivos, e a sua obra, precioso testemunho sobre o Marrocos sávida, só foi ao prelo em 1586. A publicação parece ter sido acompanhada por um significativo desinteresse, o que leva a suspeitar que as críticas formuladas ao soberano espanhol lhe custaram alguns dissabores.

O exército seguiu numa frota considerável que contava com várias centenas de navios, entre os quais 5 galeões e cerca de outros 50 bem armados<sup>58</sup>. Para ter uma ideia da sua enorme dimensão, pode-se comparar a frota portuguesa de 1578 com outras expedições navais de grande envergadura; Tunes (1534) contou com cerca de 300 velas, a expedição a Argel (1541) não terá contado com mais de 200, e a grande armada de 1588 destinada à invasão da Inglaterra era ainda menor, cerca de 130 navios.

O objectivo declarado da expedição, Larache, era uma povoação amuralhada que cruzava fogos com um pequeno reduto fortificado que defendia a entrada do rio, e com outro situado na boca de uma pequena enseada, chamado “*Castil de Genoveses*”<sup>59</sup>. Certamente que foram as informações recolhidas por Torres e Aldana que permitiram ter uma imagem mais clara da situação. De facto, sabia-se que guarnição havia sido reforçada com 4.000 atiradores, metade “andaluzes” e metade “azuagos”, para além da artilharia que aí se encontrava estacionada. A geografia do local estava, também, sinalizada com precisão. A praia favorecia uma eventual defesa com trincheiras, e no caso de se deteriorarem as condições atmosféricas a armada podia ser forçada a levantar ferro, “*deixando meia-gente em terra*”<sup>60</sup>. A entrada da barra era estreita, e os baixios li-

57 “Cópia de carta original de Juan da Silva á S. Maj.<sup>d</sup>, 6 de enero de 1578”, *CODOIN*, v.39, p. 467.

58 *Jornada de África del Rei D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, Lisboa, Livro Aberto, 2004, p. 16.

59 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada a África*, v. 1, Scriptorio, Lisboa, 1904, p. 39.

60 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada a África*, p. 41.

mitavam severamente a navegação, o que naturalmente condicionava o desembarque e apoio às tropas. Por outro lado, o desembarque na praia estava sujeito às condições súbitas de uma maré caprichosa, dificultado pela forte rebentação na praia<sup>61</sup>. Aliás, este facto impossibilitou o desembarque dos espanhóis em 1610 e numa situação absolutamente pacífica, depois de a praça lhes ter sido cedida pelo novo sultão.

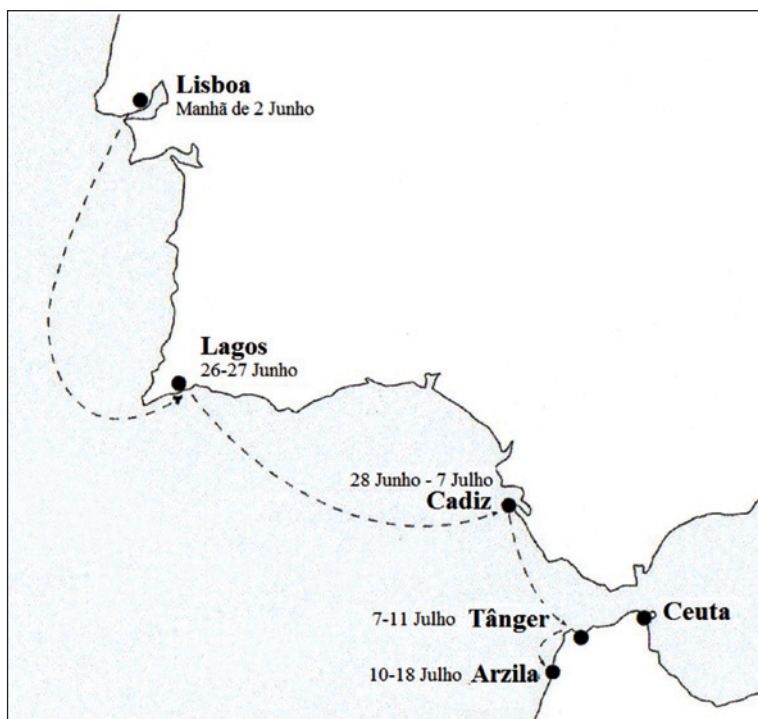


FIGURA 2.

Itinerário da frota portuguesa (2 Junho – 18 Julho)

No dia 20 terá sido convocado um conselho de guerra com os capitães, oficiais dos “terços” e outros homens entendidos em assuntos de guerra. Reunidos na tenda do rei, discutiram-se os aspectos tácticos da campanha que se avizinhava: Nas palavras de um veterano, “*onde devia ficar a maior força do exército, se da picaria ou da arcabuzaria*”<sup>62</sup>, quantos homens cada coronel havia de levar consigo, e como ordenar a for-

61 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada a África...*

62 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

ma dos “esquadrões”. Neste último ponto houve alguma discussão, mas outro assunto terá provocado uma acesa troca de argumentos: devia o exército seguir em direcção a Larache por mar ou terra? A decisão de seguir por terra servia a inclinação de D. Sebastião de oferecer batalha campal ao adversário, mas a crer no testemunho de Jerónimo de Mendonça tinha o apoio de muitos dos presentes. Apenas diferia a forma como se deveria fazer a aproximação ao objectivo: ou fazer a marcha perto da orla costeira para usufruir do apoio da armada, ou seguir em direcção a Alcácer Quibir, conquistar esta cidade, e inflectir depois para Larache. Para além disso, uma marcha por terra seria usada como forma de adestramento do exército no que respeita aos movimentos colectivos em formação, como era prática corrente numa época em que o treino não consistia numa actividade sistemática<sup>63</sup>.



FIGURA 3.

Bernardo de Alderete, gravura da cidade de Larache, 1614 (BNE)

Só passadas cerca de duas semanas depois de o exército ter desembarcado e alojado em Arzila, a 24 ou 25 de Julho, é que chegaram as embar-

63 J. R. HALE, *War and Society in Renaissance Europe*, Fontana, Londres, 1984.

cações com a “carriagem”. O rei, “*impacientíssimo de toda a detença*”<sup>64</sup>, queria a todo o custo forçar a partida do exército, mas ao desembarcar os animais verificou-se que estes não estavam em condições para empreender a jornada: tinham permanecido no interior dos navios demasiado tempo, e encontravam-se demasiado debilitados. Foi necessário dar algum tempo a que o “boiada” recuperasse, e apenas na segunda-feira 27 de Julho se “lançou bando”<sup>65</sup> para que todos os soldados se preparassem para levantar o arraial. A saída iria ter lugar na manhã do dia seguinte.

Para marchar, o exército foi desdobrado em três escalões, vanguarda, retaguarda e batalha. Os terços alternavam-se na vanguarda um dia, na retaguarda noutro, guardando uma distância conveniente entre si, que permitisse não só a bagagem viajar no meio, mas também para facilitar um eventual socorro. Na frente ia o mestre de Campo D. Duarte de Menezes e a gente a cavalo de Tânger, protegendo o trem da artilharia. Mais à frente ia o “adail” com 100 homens a cavalo, em missão de exploração. D. Sebastião caminhava por um dos lados com parte da cavalaria pesada, e o duque de Aveiro pela outra ilharga com a restante. Atrás de todos iam ainda cerca de 50 cavaleiros que deviam recolher os retardatários.

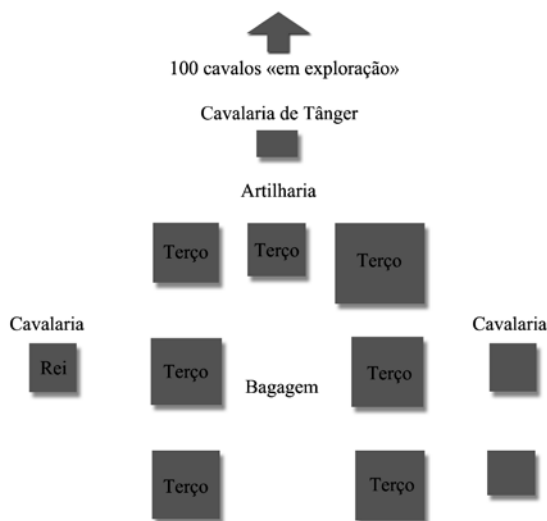


FIGURA 4.  
Ordem de marcha do exército português (29 Julho – 3 Agosto 1578)

64 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 130.

65 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 130.



A jornada desde Arzila até ao local onde teve lugar a batalha demorou seis dias, durante os quais o exército sentiu grandes dificuldades pelo acidentado da topografia<sup>66</sup>. A coluna saiu de Arzila terça-feira dia 29, pela manhã, e, depois de caminhar cerca de uma légua, fez acampamento num local que os cronistas designaram “*dos moinhos*”. Na quarta-feira caminharam apenas outra légua e o exército acampou numa eminência do terreno conhecido por “*Almenara*” e, reconhecendo as dificuldades surgidas, decidiu-se retirar para Arzila onde o exército embarcaria para atacar Larache por mar, como planeado inicialmente. Todavia, a armada já havia partido seguindo as instruções do rei. Chegaram entretanto 500 soldados espanhóis com o capitão Francisco de Aldana, e o exército reiniciou a marcha logo pela manhã de sexta-feira 1 de Agosto, e depois de percorrer cerca de três léguas alojou-se num local designado “*três ribeiros*”. Retomou-se a marcha para norte, ao longo de um dos rios que partia do alojamento – o Makhazen – até que chegaram a uma ponte romana, que estava guardada por um importante efectivo estimado em cerca de 5.000 cavaleiros. O exército inflectiu para sul, alojando-se num local designado nas crónicas por “*Soveral de Larache*”: esta era uma excelente posição, altaneira e protegida pela ribeira, que se reforçou depois com a abertura de uma trincheira.

Abd al-Malik partiu de Marraquexe a 20 de Abril, aparentemente com o intuito de percorrer todo o sul do recém-conquistado reino para levantar as tropas necessárias para fazer face à expedição iminente. Esta saída prematura tinha, todavia, como principal objectivo calar uma importante revolta em favor do seu rival que havia estalado perto de Tarudante<sup>67</sup>. Só em finais de Julho chegou a Salé, onde se reuniu com o seu irmão Ahmad, que trazia os contingentes do norte do país, nomeadamente de Fez<sup>68</sup>. Mandou fundir três peças de artilharia de grande calibre sob a sua supervisão pessoal<sup>69</sup>, situação habitual entre os otomanos, em especial quando se tratava de grandes calibres<sup>70</sup>. Pouco tempo depois adoeceu, como ficamos a saber pelo relato do seu médico pessoal. O exército fez-se ao caminho, e chegados alguns dias

66 Sobre a marcha do exército, cf. Queirós Vellozo, Queiroz VELLOSO, *D. Sebastião...*, pp. 337-356 e Pierre Berthier, *La bataille de l'oued El-Makkazem, ditte bataille des trois Róis (4 Aout 1578)*, CNRS, Paris, 1985, pp. 127-137.

67 *Jornada de África del rei D. Sebastião Escrita por um Homem Africano...*

68 “Lettre d'un Médecin Juif a son Frère”, *SIHM*, 1.ª série, Inglaterra, v. 1.

69 *Jornada de África del rei D. Sebastião Escrita por um Homem Africano...*

70 Rhoads MURPHEY, *Ottoman Warfare...*

depois às imediações de Alcácer Quibir, ergueram o acampamento. No primeiro dia de Agosto chegava a notícia que o rei português já havia deixado Arzila e marchava ao seu encontro. Abd al-Malik ordenou que se levantasse o campo para mais perto da vila. A 3 de Agosto os portugueses chegavam perto da ponte romana ao norte de Alcácer. O seu irmão Ahmad guardava o local com cerca de 4.000 cavalos<sup>71</sup>, reforçado pelos contingentes de outros três alcaides. Impedidos de prosseguir<sup>72</sup>, os portugueses, e dirigiram-se na direcção de um vau situado mais a sul, provavelmente aquele que na toponímia do início do século xx se encontra designado por vau do Sultão<sup>73</sup>.

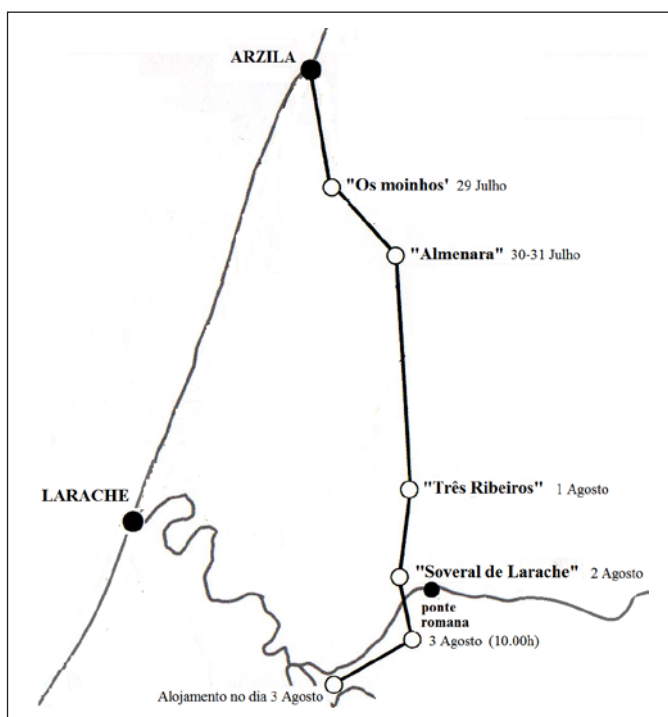


FIGURA 5.

Marcha do exército português 29 julho a 3 de agosto

71 Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century...*, p. 81.

72 "Lettre d'un Médecin Juif..."

73 O cronista anónimo da relação *Tarikh al-Dawlah as-Sadiyya* afirma que a ponte foi destruída na noite anterior à batalha (Dahiru YAHYA, *Morocco in the Sixteenth Century...*, p. 81), facto corroborado pela tradição oral, e aparentemente confirmado pelos vestígios da ponte. Contudo, a aguarela do orientalista Daniel Colaço, de finais do século XIX, mostra-nos a mesma ponte intacta ("Ocidente", 1º ano, v.1, nº15, Agosto 1878).

Por volta das 10 horas, o exército atravessou o Makhazen. Gastou-se grande parte da manhã nesse trabalho, e a coluna seguiu para novo alojamento, descendo ao longo do rio. Saindo por detrás de uma colina, Ahmad seguiu no seu encaço, e ordenou que se rodeasse os portugueses. Aparentemente, teria intenção de atacar a retaguarda inimiga, onde marchavam dois “terços” às ordens do coronel Vasco da Silveira.



FIGURA 6.

A ponte do rio Lucos, aguarela de José Daniel Colaço



FIGURA 7.

Um dos vaus do rio Lucos, postal de 1900



Pelo seu lado, Abd al-Malik recolheu-se ao seu acampamento, que deveria localizar-se numa colina que acompanhava o rio Rur pelo lado esquerdo, um pouco acima da povoação de Alcácer Quibir, perto de dois topónimos, Bedaoua e Chfira. Na cartografia actual, estes “aduares” situam-se num campo vagamente circular com pouco menos de um quilómetro de diâmetro, limitado à esquerda pelo Lucos, e na direita pelo Rur. Os portugueses retomaram a marcha para, mais à frente, se alojarem num ponto alto, dominando o rio Makhazen e o ribeiro – que na altura se encontrava seco – que sai do rio Lucus e que um pouco mais abaixo entronca no rio Rur. O acampamento ficava fortificado pelo lado oeste com um “cabouco” grande, que corria ao longo do rio por mais de uma légua, e para fortificar os outros lados usaram-se os carros de bois, encarregando-se depois os “gastadores” de abrir uma trincheira larga. Dois engenheiros militares que acompanhavam a hoste, Nicolau de Frias e o arquitecto italiano Filipe Terzi, que orientaram a construção das defesas<sup>76</sup>.

Ao amanhecer do dia 4 de Agosto reuniu-se o último conselho de guerra. O rei participou numa acesa troca de argumentos contra os que defendiam adiar a batalha ou mesmo retirar na direcção de Larche, e no final deu ordem para formar as tropas. Por volta das 10.00h da manhã de 4 de Agosto, o exército saiu do alojamento na direcção do “*campo largo direito a Alcácer, atravessando uma grande planura entalhada entre o rio Moczim e o Lucos*”<sup>77</sup>. Entre estes dois rios estava o Rur, que o exército terá acompanhado para lhe proteger o flanco direito. Um pouco mais à frente inflectiu para a esquerda, e cerca de uma hora depois foram avistados os primeiros mouros, que surgiam pelos lados com o intuito de cercar o exército<sup>78</sup>. A cerca de 600 metros do campo inimigo<sup>79</sup>, os portugueses suspenderam a marcha, iniciando-se então a movimentação dos esquadrões para construir a formatura definitiva.

76 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

77 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 171.

78 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

79 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscallanea*, ed. Miguel Marques Duarte, INCM, Lisboa, fac-sim. da ed. 1867, 1993.

## 4. Os dispositivos táticos

Poucas vezes se vê referido que existiu uma diferença substancial entre a formatura com que os portugueses planeavam dar batalha e o dispositivo adoptado no dia 4 de Agosto. O desenho inicial da ordem de batalha foi acordado num conselho de guerra em Arzila, provavelmente a 20 de Julho<sup>80</sup>, e deveria consistir de quatro esquadrões dispostos em forma quadrada, de acordo com um modelo idealizado com clara filiação teórica na tratadística espanhola e italiana. A configuração quadrangular era considerada por capitães e tratadistas como a ideal para fazer a guerra em África<sup>81</sup>. A superioridade numérica dos inimigos implicava, inevitavelmente, que um exército teria de combater cercado, portanto o facto de oferecer a mesma frente defensiva em todas as direcções consistia numa vantagem apreciável. A construção da formatura final ilustra a articulação entre teoria e prática, ou seja, como se adaptava a forma planeada às circunstâncias particulares do campo de batalha.

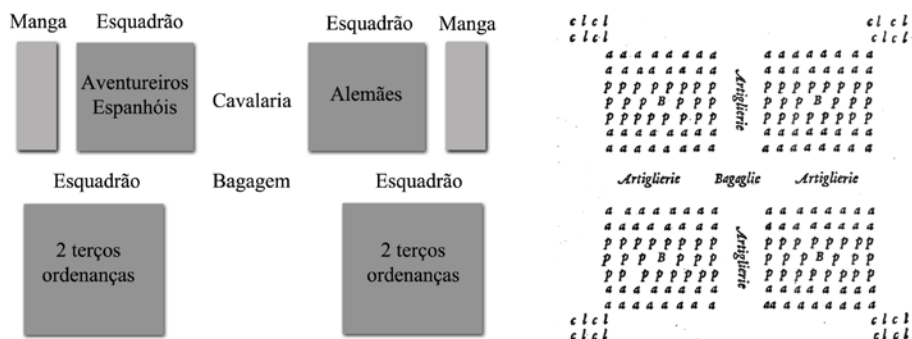


FIGURA 9.

A ordem de batalha planeada e diagrama no tratado de Domenico Mora (1570)

A realidade dos acontecimentos determinou outra abordagem táctica. A disposição da vanguarda já tinha sido modificada, ainda antes de o exército deixar o acampamento. Entre as tropas da primeira linha encontravam-se os “aventureiros”, dos quais faziam parte os fidalgos sem recursos suficientes para trazer cavalo, veteranos da Índia, e outros homens de qualidade que escolheram militar como soldados apeados, pro-

80 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

81 Francisco de VALDÉS, *Espejo e disciplina militar*, IDNE, Madrid, 1989.

vavelmente para agradar ao rei. Inicialmente destinados a juntarem-se aos espanhóis, estes orgulhosos fidalgos recusaram partilhar a mesma formação de combate com os seus rivais ibéricos. Assim, seguiram na frente três “esquadrões” de soldados armados com piques, os espanhóis na esquerda, os alemães na direita, e os “aventureiros” no centro, em posição saliente. Cada um destes esquadrões era apoiados pelas habituais “mangas” de atiradores, no caso dos aventureiros este papel era desempenhado pelos mercenários italianos e por um contingente de soldados veteranos, provenientes de Tânger.

Ao avistar os cavaleiros inimigos que desenvolviam uma manobra de envolvimento da coluna, talvez por recear o desencadear súbito dos combates sem que os soldados da retaguarda pudessem ocupar a posição prevista, foi decidido manter o essencial da formatura de marcha. Ainda se juntaram os dois “esquadrões” da segunda linha num corpo “*com perto de cinco mil homens*”<sup>82</sup>, mas os dois terços que deviam formar ao lado mantiveram as posições de marcha: o “terço” de D. Miguel de Noronha atrás do “esquadrão” grande da segunda linha, e o “terço” de Francisco de Távora no lado esquerdo, deixando assim um espaço livre onde a cavalaria se poderia reorganizar em caso de necessidade. Este era o lado mais exposto – o lado oposto apoiava-se num pequeno ribeiro – e foi protegido pelos cerca de 500 carros da bagagem, entre os quais se encontravam um certo número carretas destinadas a servir como trincheiras<sup>83</sup>. As carretas estavam ainda defendidas por alguns arcabuzeiros<sup>84</sup>, e pelo lado de fora foram *estendidas* outras duas “mangas” de atiradores, das quatro que se formaram a partir dos dois “terços” da segunda linha<sup>85</sup>. A fechar o espaço livre entre os dois “esquadrões” da retaguarda desdobraram-se 300 mosqueteiros apoiados por 2 peças de artilharia<sup>86</sup>.

D. Sebastião comandava pessoalmente a cavalaria colocada na ala esquerda, onde se encontravam 600 cavalos pesados – designados por “*acobertados*” –, distribuídos por 25 fileiras com 24 cavaleiros cada<sup>87</sup>. Do outro lado oposto estava o duque de Aveiro, na frente de outros 300 dis-

82 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 195.

83 “Copia de carta autografada de Juan da Silva á Su Maj.<sup>d</sup>, fecha en Lisboa á 13 de marzo de 1578”, *CODOIN*, v.39, pp. 522-526.

84 *Extraits de la Relation de Simão da Cunha, SIHM*, 1<sup>a</sup> serie, França, v.1.

85 *Jornada del-rei dom Sebastião a África...*

86 *Jornada del-rei dom Sebastião a África...*

87 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 184.

tribuídos por fileiras um “*pouco mais delgadas*”<sup>88</sup>. Neste mesmo lado direito, atrás do batalhão do duque, estavam os aliados mouros com cerca de 250 cavalos e 400 arcabuzeiros. Os cavaleiros oriundos da praça de Tânger, liderados por D. Duarte de Meneses, que inicialmente seguiam na frente do exército em exploração. Ao chegar à vista dos inimigos tomaram lugar no dispositivo, provavelmente na frente do batalhão do duque e chegados ao lado direito, eventualmente salientes – como os “aventureiros”. O seu total devia cerca de 400 ou 500 cavalos. A artilharia seguiria entre o batalhão do rei e os espanhóis<sup>89</sup>, defendida de qualquer eventualidade.

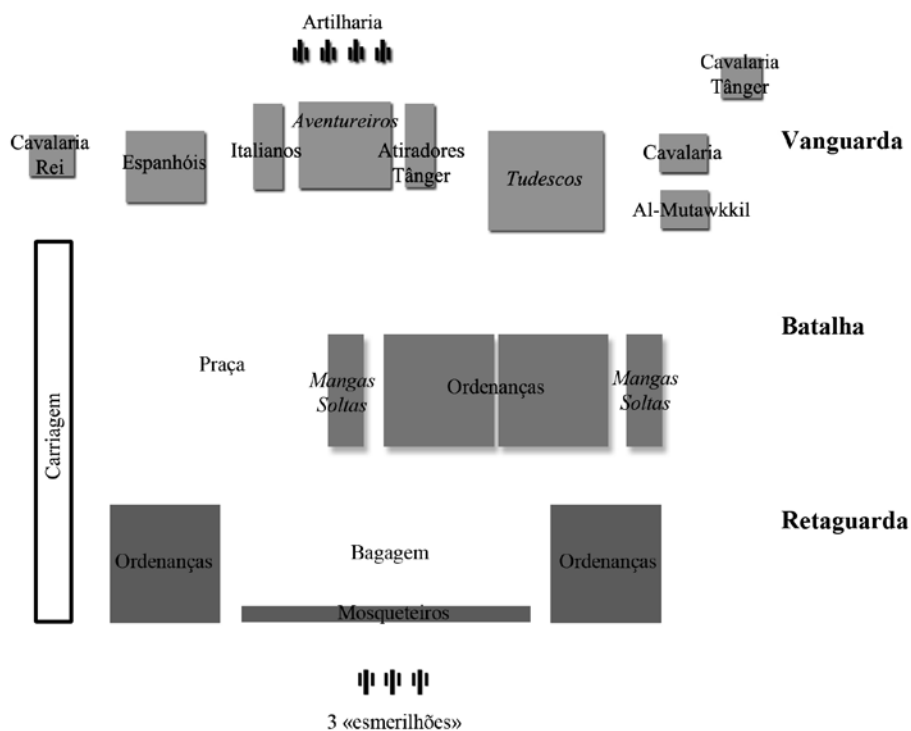


FIGURA 10.  
A ordem de batalha no dia 4 de Agosto

88 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 184.

89 José Pereira BAIÃO, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor Rey D. Sebastião o desejado de saudosa memória*, 2 vols., António de Sousa da Sylva, Lisboa, 1737.



A formatura do exército sádida possui paralelos notáveis com a ordem de batalha vulgarmente utilizada pelos otomanos. Em todas as descrições da batalha de Alcácer Quibir, os cronistas são unânimes ao apresentar a infantaria em posição defensiva no centro do exército, e a cavalaria distribuída pelas alas com o objectivo de envolver o adversário. Este esquema foi usado pelos otomanos desde, pelo menos, meados do século xv: em Varna (1444), Mohács (1526), e Mezokeresztes (1596). O esquema no livro de Marsigli, já do século xviii, obedecia às mesmas premissas tácticas: a infantaria e artilharia no centro, enquadrados pela cavalaria nas alas; mas porque se trata de uma formatura de marcha, as alas encontram-se dirigidas para a retaguarda – em forma de crescente invertido – para proteger o corpo principal onde seguia o sultão.

Abdelmeleque dispunha de 24 canhões de campanha, incluindo duas das peças pesadas fundidas em Salé<sup>90</sup> e escolheu o cimo de “*uma topetada de pouca subida*”<sup>91</sup> para colocar a bateria. Esta localização altaneira tornaria mais difícil a temida resposta da artilharia portuguesa, como de facto aconteceu, mas teve igualmente o efeito perverso de dificultar também a pontaria dos artilheiros muçulmanos. Em todo o caso, seguiu-se de perto o dispositivo otomano, no qual era hábito encobrir a bateria principal com uma primeira linha de tropas<sup>92</sup>; este estratagema foi imitado com recurso à camuflagem, escondendo as peças atrás da vegetação, “*um mato baixo de tamargueiras, que há por aquele campo de longo do rio*”<sup>93</sup>. Os cerca de 15.000 soldados da “mazagania” ocuparam o centro: na frente encontravam-se os contingentes de lealdade mais dúbia<sup>94</sup>, que desempenhavam o papel da milícia “azab”<sup>95</sup>, que deveriam absorver – passe a expressão – o primeiro embate do inimigo<sup>96</sup>. Na segunda linha ficaram as melhores tropas de Abd al-Malik, 4.000 azuagos, 2.500 elches, e 1.000 turcos<sup>97</sup>.

90 *Jornada de África del rei D. Sebastião Escrita por um Homem Africano...*

91 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 191.

92 Ian HEATH, *Armies of the Middle Ages*, v.2, WRG, Sussex, 1982.

93 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 192.

94 “Relacion de Luís de Oxeda...”.

95 Gabor ÁGOSTON, *Guns for the Sultan*

96 Ian HEATH, *Armies of the Middle Ages...*

97 “Relacion de Luís de Oxeda...”.

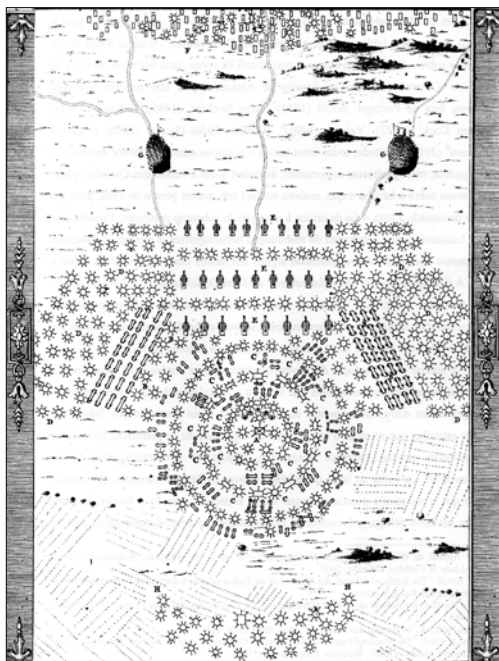


FIGURA 11.

O exército otomano a caminho de Viena em 1683, Luigi Marsigli (1732) Comte de MARSIGLI, *L'Etat militaire de l'empire Ottoman, ses progrès et se décadence*, second partie, Haia e Amsterdão, 1732, p. 84).

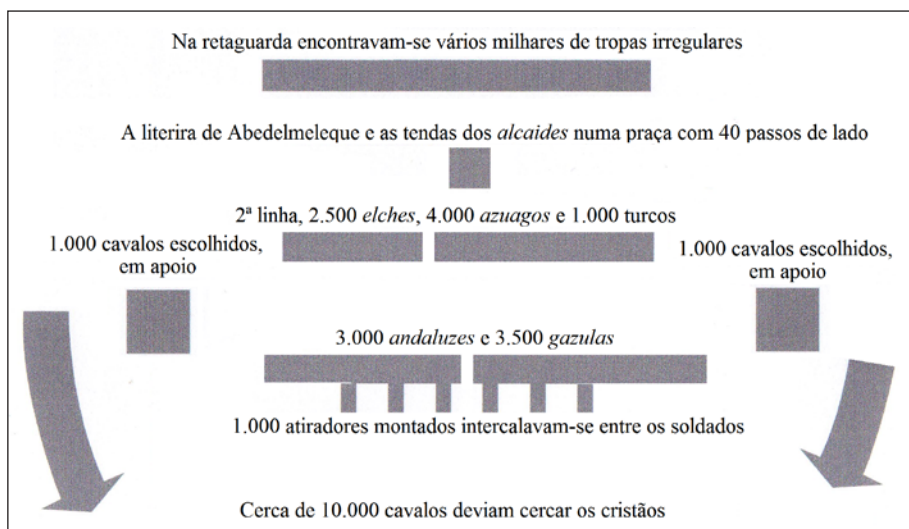


FIGURA 12.

Ordem de batalha do exército de Mulei Abd al-Malik

No centro do exército estava o próprio al-Malik debaixo de um pequeno pavilhão de brocado, ocupando uma praça com 35 ou 40 metros de lado com as tendas dos principais chefes e dos altos dignitários e membros da família real<sup>98</sup>. Rodeavam-no cinquenta turcos “*moços de estribeira*”<sup>99</sup>, e a *Ahl al-Rikab*<sup>100</sup>, a sua guarda pessoal comandada por Ali Moussa, com 100 atiradores “renegados” e 100 alabardeiros turcos<sup>101</sup>. Os membros da guarda adoptaram nomes de origem otomana, “*peiq*” e “*solaq*”, que Oxeda designa por “*piques e sulaques*”. Na frente desta praça estavam ainda trombetas e tambores pequenos e outros instrumentos, que ruidosamente encorajavam os soldados, com muita gritaria à mistura. Atrás dos músicos, alguns cavaleiros traziam 12 bandeiras e uns cabos com crinas de cavalos, insígnias “turquescas” caras a Abedelmeleque desde a sua reentrada em Marrocos<sup>102</sup>, mas que também significavam o reconhecimento implícito da autoridade da *Sublime Porta*. Na terceira e última linha encontrava-se outro contingente de irregulares, a “*morisma de Roma, como eram chamados os homens que de cada vez se levantavam para a guerra*”<sup>103</sup>, que tal como os soldados irregulares turcos “*azab*” também guardavam a bagagem.

A cavalaria irregular, sem soldo, recrutada pelo equivalente ao “*timar*” otomano, distribuía-se em duas grandes alas pelos dois lados do corpo principal das tropas apeadas: no lado esquerdo encontravam-se as levas do sul do país com os alcaides de Marraquexe, e pela direita – considerado o local mais prestigiado na ordem de batalha árabe desde o tempo dos primeiros exércitos dos califados<sup>104</sup> – era dirigida pelo irmão do xarife, o futuro al-Mansur. Estavam aí concentrados os vários contingentes montados oriundos do noroeste do país, aos quais se juntavam, 4.000 atiradores apeados provenientes da cidade de Fez. Inicialmente encobertos por uma pequena elevação, desdobraram-se em torno do exército inimigo quando ainda caminhava, antes de iniciados os combates. A maior parte destes cavaleiros usavam lanças compridas de 45 ou 50 palmos, mas também dardos de arremesso, ou mesmo arco e fle-

98 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

99 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*

100 Andrzej DZIUBINSKY, “L’Armée et la flotte de guerre Marocaines a l’a époque des sultans de la dynastie Saadienne”, *Hesperis Tamuda*, v.13, ETNA, Rabat, 1972.

101 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*

102 “Relacion de Luis de Oxeda...”.

103 “Relacion de Luis de Oxeda...”, p. 19.

104 David NICOLLE, *Armies of the Caliphates 862-1098*, Osprey, Londres, 1998.

cha<sup>105</sup>. É impossível saber ao certo quantos eram, podendo ser estimados entre 10.000 a 20.000 homens, mas o seu total não deveria ultrapassar em muito o efectivo das tropas apeadas<sup>106</sup>. Possivelmente igualaria o total de tropas regulares, como era costume nos exércitos sápidas<sup>107</sup>. Os veteranos cristãos da batalha falam invariavelmente de “*uma cavalaria inumerável*”, mas é natural que sobrevalorizassem o efectivo destas grandes massas “*tendidas à larga*”<sup>108</sup>, em especial quando comparadas com as formações compactas de tipo europeu.

Recorreu-se ainda a outro elemento crucial do esquema táctico otomano: colocaram-se 1.000 cavalos em cada flanco da infantaria para apoiar o centro do dispositivo<sup>109</sup>, tal como os europeus protegiam os “esquadrões” com “mangas de arcabuzeiros”<sup>110</sup>. Estes eram os cavaleiros com melhor equipamento, tal como descreveu Oxeda: capacete, cota de malha, escudo de couro, e uma lança com 25 palmos<sup>111</sup>. Um último aspecto a reter da ordem de batalha sávida foi o desdobramento de cerca de um milhar<sup>112</sup> de atiradores montados ao longo da vanguarda do exército. Faziam também parte da “*makhzaniyya*” e a sua designação, “*espaquis*” ou “*hispaes*”<sup>113</sup>, tem a sua origem no termo otomano “*si-pahis*”. Muito provavelmente, trata-se da sobreposição de influências, proveniente da Turquia e da Europa. Estes cavaleiros eram os primeiros a travar batalha, desempenhado um papel idêntico ao dos “*timariots*” otomanos, mas estavam armados com arcabuzes, tal como os atiradores montados espanhóis. Aliás, a maior parte deste contingente era formada por “*elches*” e “*andaluzes*”, que se intercalavam entre os soldados apeados da primeira linha, em filas de 15 a 20 cavaleiros cada uma<sup>114</sup>.

105 Luís de Mármol CARVAJAL, *Primera parte de la Descripción general de Affrica, con todos los successos de guerras que a auído entre los infieles, y el pueblo Christiano, y entre ellos mesmos desde que Mahoma inue[n]to su secta, hasta el año del señor mil y quinientos y setenta y uno*, ed. Agustín G. de Amezúa, IEA-PDSF, Madrid, 1953.

106 Andrzej DZIUBINSKY, “L’Armée et la flotte de guerre Marocaines...”

107 Andrzej DZIUBINSKY, “L’Armée et la flotte de guerre Marocaines...”

108 “Relacion de Luís de Oxeda...”, p. 31.

109 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*, p. 103.

110 Sebastián de MESA, *Jornada de África por El Rey Don Sebastián y Union del Reyno de Portugal ala Corona de Castilla*, Barcelona, 1630.

111 Luís de Mármol CARVAJAL, *Primera parte de la Descripción general de Affrica...*

112 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

113 cf. a “Relação de Luís de Oxeda...” com a *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*

114 Sebastián de MESA, *Jornada de África por El Rey Don Sebastián*, p. 69v.

## 5. A batalha do “Oued al-Makhazen”

Depois de dirigir umas breves palavras às tropas, D. Sebastião instalou-se diante da primeira fileira de cavalos. O padre Alexandre Valeraggio da Companhia de Jesus ergueu um crucifixo, a cuja vista toda a gente se pôs de joelhos. Os homens da vanguarda levantaram-se, e as sucessivas fileiras destes “esquadrões” da vanguarda retomaram a marcha. Vendo os cristãos tomarem a iniciativa, as duas extensas linhas de “andaluzes” e “gazulas” imitaram-nos. Abd al-Malik encontrava-se recolhido na sua liteira, quando chegou o alcaide da artilharia, Mustafá Chibli, pedindo autorização para disparar uma bombarda grande. O estrondo do disparo foi o sinal para a cavalaria das alas, que se havia infiltrado pelo flanco esquerdo mais exposto, iniciasse o ataque contra retaguarda. Os soldados da frente pararam, surpreendidos. Veio dar um “pelouro” junto do rei, e outro derrubou alguns dos aventureiros, mas esta primeira salva acabou por causar pouco estrago entre as fileiras, “*porque a mais dela foi por alto*”<sup>115</sup>. Depois de dar ordem para que os canhões seguissem para a frente dos “aventureiros”, o rei visitou os “esquadrões” da vanguarda, deixando ordem para que ninguém se movesse até receberem ordem de atacar. Avisado de que a luta já seguia acesa na retaguarda, o rei seguiu imediatamente para “*dar calor àquela gente*”<sup>116</sup>. Entretanto, a escaramuça subia de tom entre as primeiras linhas. Os atiradores montados saíram de entre as fileiras da frente e descarregaram as armas sobre os terços da vanguarda, e os “andaluzes” e “gazulas”, avançaram decididamente, “*furiosos ao encontrar os cristãos*”<sup>117</sup>. O rei regressou e, vendo os inimigos tão próximos decidiu que era o momento indicado para atacar. Chamou Sebastião Gonçalves Pita e encarregou-o de seguir para o lado direito a transmitir a ordem ao Mestre de Campo. O rei impacientava-se. O fumo dos disparos já obscurecia a frente, e não era possível descortinar o extremo oposto da vanguarda<sup>118</sup>. Nessa altura chegou à sua presença Pero Peixoto, que “*andava pelo campo dando recados*”<sup>119</sup> e, aos gritos, pediu para ser dada a ordem de atacar, “*porque aquelas bombardas inimigas que atiravam*

115 “Relacion de le captife portugais...”, p. 657.

116 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada de África...*, v.1, p. 68.

117 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*, p. 105.

118 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

119 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 192.

*já eram nossas*<sup>120</sup>. Acto contínuo, o rei enviou-o ao encontro de D. Duarte de Meneses, para que “começasse a pegar nos Mouros devagar”<sup>121</sup>. Em vão esperou pela resposta.

Nova descarga teve lugar, e os “aventureiros” insistiam com o seu coronel para atacar. Completamente fora de si, D. Martinho de Castelo Branco, D. António de Meneses, Bernardim Ribeiro Pacheco, Miguel Teles de Moura, D. Manuel Rolim, estavam prestes a lançar-se sobre os inimigos. O coronel Álvaro Pires de Távora compreendeu que não era possível conter por mais tempo os homens, e “*dado o sinal da batalha, assim nós poucos e juntos investimos os inimigos, que também se vinham chegando*”<sup>122</sup>. D. Sebastião aguardava com crescente impaciência novas de Pero Peixoto quando, “*dizendo-se a el-Rei que os aventureiros baixavam os piques para arremeter*”<sup>123</sup>, decidiu atacar imediatamente em seu apoio. Os 1.000 cavaleiros mouros que “*que a los lados yan para este efecto*”<sup>124</sup>, avançaram em apoio dos atiradores “andaluzes”. Iniciado o galope, a avalanche assustadora do batalhão dos “acobertados” – “*cavillos, lanças e cobertas fazerem grandíssimo rumor*”<sup>125</sup> – embateu nos adversários com enorme ferocidade. A violenta carga abriu caminho por entre a massa da cavalaria desbaratando os atiradores de pé que estavam na frente, “*de maneira que por onde a nossa gente de cavalo passou ficou o campo coberto de mouros mortos e bandeiras derribadas*”<sup>126</sup>. No lado oposto, apercebendo-se da carga do rei, o duque de Aveiro lançou-se sobre a cavalaria inimiga que tentava infiltrar-se pela direita junto ao rio, acometendo-o pelo flanco exposto – “*mais ao ginete que de rosto*”<sup>127</sup>.

120 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 192.

121 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 192.

122 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscellanea...*, p. 129.

123 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 193.

124 “Relacion de Luís de Oxeda...”, p. 35.

125 *Relação da primeira jornada, que fez a Africa no ano de 1574 o serenissimo rey D. Sebastião escrita pelo mesmo, Memórias para a história de Portugal que compreende o governo del Rey D. Sebastião único no nome e décimo sexto entre os monarcas portugueses: do ano de 1554 até ao ano de 1578*, Joseph Antonio da Sylva, Lisboa (1736-51), p. 44.

126 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 193.

127 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 197.

No centro do dispositivo, os alcaides de Abd al-Malik assistiam a este início pouco auspicioso. O médico do xarife observava, aterrado, o desenrolar dos combates: *“Começaram de uma parte e de outra a pelear rijamente. E os acobertados dos cristãos nos investiram com tal ferocidade que a nossa gente se retirou para detrás das bandeiras del Rei, e sem dúvida nos pareceu que estávamos perdidos”*<sup>128</sup>. A debandada do flanco direito deixou o centro do exército à mercê da ofensiva dos cristãos, que agora se desenvolvia por toda a frente. Os espanhóis não quiseram ficar para trás e seguiram de perto os *“aventureiros”*, imitados pouco depois pelos mercenários alemães, que *“por iren mas armados y ser gente de mas sossegada compleçion”*<sup>129</sup>, fechavam esta arrancada. A situação dos *“gazulas”* e *“andaluzes”* tornava-se particularmente complicada por terem seguido para além do apoio das linhas recuadas, e não tardou que comesçassem a ceder terreno. Os *“aventureiros”* redobraram os esforços. Na terceira fileira, Miguel de Andrada viveu estes momentos quando parecia desenhar-se a vitória dos portugueses: *“e com tal fúria os investimos com as picas baixas que os arrancam e fizemos fugir, e dos mouros muitos não pararam senão em Fez”*<sup>130</sup>. Os fidalgos portugueses da frente largaram os pesados piques, inúteis no combate corpo-a-corpo, e aceleraram o passo desfazendo a formatura. Cerca de 300 dos aventureiros mais adiantados precipitavam-se, já de espada na mão, sobre os contrários. Passaram por cima de várias bandeiras abandonadas pelos fugitivos, e avançaram na direcção da liteira do xarife e, mais à frente, do topo da pequena colina onde se encontrava a artilharia. Seriam perto das 11.00h.

Ao lado da liteira, o médico de Abd al-Malik presenciou o assalto à bagagem por parte dos *“alarves”* oriundos das cabildas, e o próprio alcaide que a devia guardar, o genovês Hozem, julgou a batalha perdida e juntou-se aos fugitivos. O *“xarife”* ainda tentou impedir a fuga dos seus homens, mas uma síncope – outros dizem um tiro de arcabuz – fê-lo cair do cavalo inconsciente. A menos de 20 metros, quase em cima dos canhões inimigos, os aventureiros assistiram ao drama: *“vimos todos o rebuliço de sua morte, e levarem-no em braços, por sinal de mangas verdes”*<sup>131</sup>. Os *“aventureiros”* empenharam-se a fundo num último es-

128 “Lettre d’un Médecin Juif à son Frère...”, p. 317.

129 “Relacion de Luís de Oxeda...”, p.35.

130 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscellanea...*, p. 129.

131 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscellanea...*, p.129.

forço: “Estávamos no cimo do cabeço onde quase ganhámos a artilharia”, e assim os mais adiantados prosseguiram adiante, chegando tão perto da liteira onde o xarife jazia; “e de cinco pendões que junto dela estavam foram tomados dois pelos portugueses”<sup>132</sup>. Porém, os alcaides principais conseguiram encobrir a morte do sultão. O capitão da guarda pediu um pano, e tapado o corpo encerraram-no na liteira dizendo que havia desmaiado. O médico ficou a seu lado, fingindo que lhe dava de beber, enquanto um dos lacaios turcos simulava receber ordens que depois transmitia. A maioria dos muçulmanos não se apercebeu desta situação, embora alguns dos “renegados” que julgaram a batalha perdida passaram para o lado dos cristãos, confirmando a notícia de que Abd al-Malik acabava de morrer.

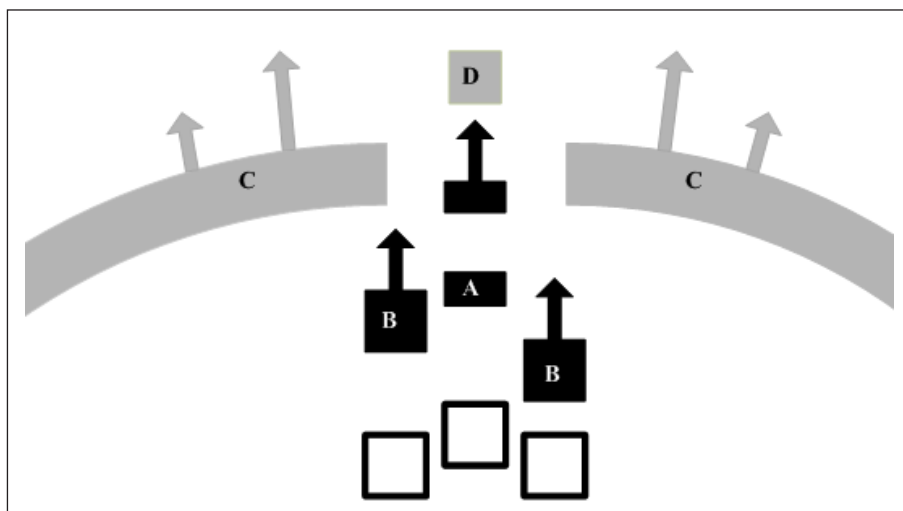


FIGURA 13.

O ataque da vanguarda, «a gente mais escolhida e honrada»

Os aventureiros (A) atacam, apoiados por uma violenta carga da cavalaria comandada pelo rei; os inimigos põem-se em fuga (C); o resto da vanguarda segue atrás (B); forçando o andamento, as cinco primeiras fileiras de aventureiros chegam aos canhões inimigos, arrebatando dois estandartes. Consternado pelo desbarato das suas tropas, Abd al-Malik acaba por sucumbir, talvez atingido pelos cristãos que se encontram a escassos 20 metros da liteira (D).

132 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscellanea...*, p. 130.





FIGURA 14.

O “esquadrão dos aventureiros” em relação à posição de Abd al-Malik

Os aventureiros mais adiantados ainda clamavam “*vitória, vitória, vitória, ao que logo outros acrescentaram, vitória, vitória, vitória, o Maluco é morto*”<sup>133</sup>, quando a situação se inverteu por completo: “*D. Álvaro esforçava os seus diante de todos*”<sup>134</sup> quando uma “*uma bala de um tiro de campo*”<sup>135</sup> o atingiu numa perna. Ferido com gravidade, o capitão dos “aventureiros” caiu no chão; o sargento Pêro Lopes correu imediatamente em seu auxílio. Neste transe apercebe-se de que se tinham adiantado demasiado dos seus companheiros, e vendo os homens continuar na direcção da liteira onde jazia Abd al-Malik, pegou na alabarda e atravessou-se na frente gritando “*ter, ter!*” e depois acrescentando “*retira, retira*”; assim “*se quebrou o esquadrão por detrás e, sem fazer mais de tença, os homens começaram a retirar*”<sup>136</sup>. Incrédulos, os soldados mais adiantados pararam em desordem, no centro do dispositivo inimigo, enquanto o resto do “esquadrão” retirava.

133 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscelanea...*, p. 129.

134 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada de África...*, p. 70.

135 “*Que vinha em chapeletas...*” (Frei Bernardo da CRUZ, *Chronica d’El-Rei D. Sebastião*, v..2, Escriptorio, Lisboa, 1903, p. 78).

136 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 195.

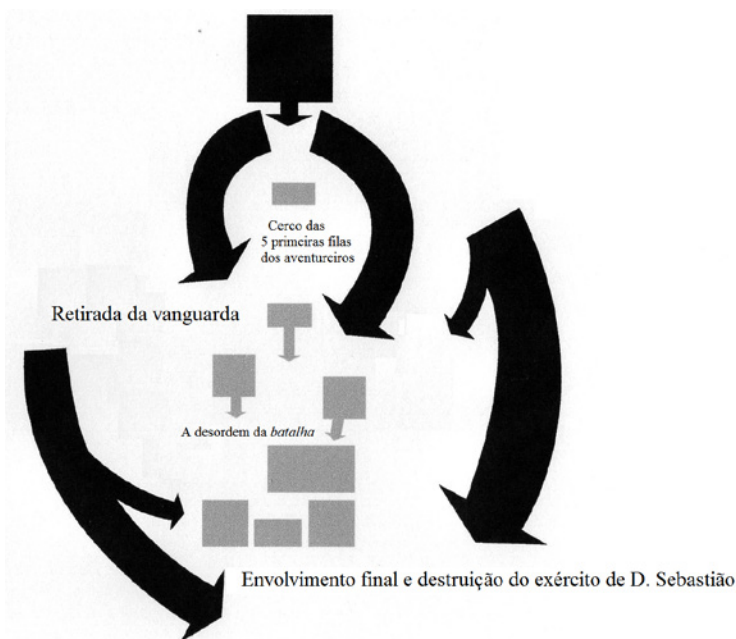


FIGURA 15.  
As fases da derrota

O “desconcerto” dos portugueses não passou despercebido, distinguindo-se, ao longe, o *“baralhar dos piques”*<sup>137</sup>. Afrouxada a pressão, um dos alcaides reuniu todos os homens disponíveis – *“los elches de su guardiã, alabarderos e los piques”*<sup>138</sup> – e empunhando um dos doze estandartes do xarife, atacou. Juntaram-se-lhe o filho do alcaide Mohamed Zarco que comandava a ala esquerda, o alcaide Muselin e o próprio médico judeu de Abd al-Malik. Ao mesmo tempo, os “elches” e “azuagos”, depois de abrir as fileiras para deixar passar os fugitivos, desfecharam *“uma grossa carga de escopeteria”*<sup>139</sup>. Os portugueses que se encontravam dispersos em volta da artilharia foram surpreendidos, ao mesmo tempo que os seus companheiros se retiravam em desordem. Os *“aventureiros”* mais adiantados ficaram completamente isolados, *“sem bandeira, desamparados dos companheiros que voltaram para trás, deixando-os sós,*

137 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscelanea...*, p. 133.

138 Tratam-se dos soldados “peiç” da guarda do sultão.

139 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*, p. 108.

*furiosamente apinhoados*<sup>140</sup>. Como escreveu um dos veteranos da batalha, esta retirada *“foi a primeira causa”* da derrota, *“porque deu ânimo para voltar aos que viram fugir aquele terço”*<sup>141</sup>.

Pressionados, os homens retiraram precipitadamente, juntando-se com os espanhóis, caindo depois sobre os alemães, que tinham ordens para não avançar para além dos canhões<sup>142</sup>. Os cavaleiros das alas também recuaram, e foi sobre os soldados da segunda linha que desabou uma autêntica torrente de homens e cavalos. Encontrava-se aqui a gente menos dada aos exercícios bélicos, que não resistiu ao impetuoso choque com as tropas da frente, que retiravam, e desfizeram completamente as fileiras. Desesperado, o coronel Vasco da Silveira *“quis dar uma volta ao esquadrão”*<sup>143</sup> para se inteirar da dimensão do desastre: *“foi rodeando o «esquadrão a galope, e quando chegou ao rosto já o achou de todo desordenado, do qual desbarato sou testemunha de vista, e com tamanha confusão, sem os mouros terem chegado a ele”*<sup>144</sup>.

Ainda assim, muitos dos cavaleiros que se haviam dispersado reagrupavam-se em torno dos guiões. Um deles, D. António prior do Crato, chegou sem lança com a espada ensanguentada na mão, trazendo a boa nova de que o “xarife” tinha morrido. Porém, nesse mesmo instante, também surgiu o capitão da artilharia, Pero de Mesquita, pedindo que se mandasse socorrer a artilharia. Depois de rapidamente reunidos *“pouco mais de duzentos”*<sup>145</sup> cavaleiros que se recolheram junto do estandarte real, D. Sebastião lançou-se novamente sobre os mouros e obrigou-os a retirar. Parecia que a carga tinha restabelecido a situação: novamente junto da liteira, o médico do “xarife” assistia, uma vez mais, à retirada em desordem dos seus cavaleiros frente aos *“acobertados dos cristãos”*<sup>146</sup>. Porém, novo *volte-face*: chegou um mensageiro com o pedido de socorro dos coronéis dos terços da retaguarda. D. Sebastião incumbiu o duque de defender a artilharia, e partiu com metade da cavalaria que restava, talvez à volta de 100 homens. Pouco depois, uns três milhares de cavaleiros e atiradores esmagaram as precárias defesas. A artilharia foi definitivamente perdida

140 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 195.

141 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 195.

142 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*

143 *Jornada del-rei Dom Sebastião a África...*

144 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 195.

145 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 197.

146 “Lettre d’un Médecin Juif à son Frère...”, p. 317.

e, dispersos os últimos cavaleiros, desapareceu o que restava da vanguarda. Os muçulmanos precipitaram-se então sobre a bagagem. Num último esforço, o coronel Martim de Borgonha refez as fileiras num “esquadrão” com a gente que lhe restava, alemães, alguns italianos, espanhóis e portugueses, surpreendendo o inimigo que novamente debandou.

Na retaguarda, D. Sebastião constatava que os soldados de D. Miguel de Noronha e Francisco de Távora resistiam com segurança. Chegavam entretanto notícias de que os mouros tomavam a bagagem. Adivinhando de que estava iminente o descalabro da frente, o rei deu rapidamente meia-volta. Ao passar pelo esquadrão da batalha, ainda intacto, deu ordem ao coronel Vasco da Silveira para que o seguisse, mas os homens estavam aterrorizados e recusaram-se sair ao campo ajudar os seus companheiros. Mas não havia tempo a perder. O “esquadrão” improvisado por Martim da Borgonha era novamente ameaçado por um grosso tropel de mouros. Na frente deles, o alcaide Almansor encorajava os cavaleiros quando viu o rei português aproximar-se. Os dois enfrentaram-se em combate singular e Almançor foi batido, seguido-se outro alcaide chamado Coliman<sup>147</sup>. O rei foi atingido por uma bala debaixo do braço, e o cavalo caiu ferido de morte atirando-o para o chão. Um veterano espanhol escreveu “*que o viu a pé com a sua espada na mão desenbainhada obrando mais prodigios de valor que o próprio Cid*”<sup>148</sup>. Montando novamente num cavalo cedido por um “fronteiro” de Tânger, D. Sebastião deu nova carga acompanhado pela escassa centena de cavalos que o seguiam, afastando os inimigos.

Depois deste episódio regressou à frente do exército, amparado por Cristóvão de Távora pelo braço esquerdo, ensanguentado até à mão da rédea, acompanhados pelo embaixador de Castela. Disseram-lhe que o duque havia morrido, e os “esquadrões” da frente haviam sido destruídos. Era um anti-clímax, depois de terem conseguido desembaraçar-se de tantos inimigos. Reuniu-se ao coronel alemão, que resistia junto da “carriagem”. Aqui trocou o seu cavalo ferido de “*uma arcabuzada no peçoço*” com Jorge de Albuquerque, “*que tão ferido, que já se não podia ter na sela, nem apear-se do cavalo*”<sup>149</sup>. Enquanto alguns soldados desmontavam D. Jorge, os mouros lançavam o último assalto aos sobreviventes. Duran-

147 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

148 Esteban Rodríguez AMAYA, *Una Relación Desconocida de la Expedición á Africa Del Rey Don Sebastián*, V. N. Famalicão, 1948., p. 5.

149 Miguel Leitão de ANDRADA, *Miscelanea...*, p. 142.

te mais algum tempo, o coronel Martim da Borgonha ainda defendeu a posição, mas o rei foi obrigado recolher-se mais atrás, junto do “esquadrão grande” comandado por Vasco da Silveira. Com a sorte das armas inclinando-se definitivamente para o lado de Abd al-Malik a maioria dos partidários de al-Mutawakkil juntaram-se ao campo contrário.

Pouco depois de D. Sebastião se encontrar com o coronel Vasco da Silveira desaparecia o que restava da vanguarda, após um derradeiro combate. Decidido a defender a linha da batalha apeado, juntamente com os soldados, acabou por se deixar persuadir por Aldana de que seria mais vantajoso manter-se à frente dos poucos cavaleiros que restavam. Foi assim o rei português deu um último e furioso assalto que, apesar de inicialmente vitorioso, acabou por consumir o que restava das tropas montadas. Pouco depois, o “esquadrão” de Vasco da Silveira cedeu às sucessivas investidas do inimigo; sem liderança, a maioria dos sobreviventes rendeu-se. Outros acolheram-se entre a bagagem e, aproveitando as carretas como redutos de defesa, acabaram por oferecer uma resistência desesperada. Certos da vitória, grande multidão de “alarves” desciam dos outeiros em redor do campo de batalha para saquear a bagagem. Subitamente, acendeu-se uma labareda num dos carros que transportavam os barris de pólvora, explodindo *“com um estrondo tão horrendo como é de imaginar que faria o estouro de tamanha quantidade de pólvora”*<sup>150</sup>. A explosão provocou uma enorme nuvem de fumo negro que culminou de forma apocalíptica o fim da segunda linha do exército português.

Chegar à retaguarda do exército não foi fácil. Os inimigos tentaram impedir a fuga do pequeno grupo de cavaleiros. Os fidalgos que acompanhavam o rei formaram uma barreira intransponível, que permitiu aos companheiros continuar pela mão esquerda, com as costas viradas para o exército, sempre a combater. Os companheiros do rei iam caindo, mas juntavam-se-lhes outros que entretanto apareciam, e assim foram abrindo caminho. Avistaram os dois “esquadrões” de Francisco de Távora e Miguel de Noronha, que ainda sustentavam a posição. D. Sebastião pediu água, e um soldado ofereceu-lhe uma borracha de couro. Bebeu duas ou três largas goladas, e verteu a que sobrou por entre a couraça e o corpo<sup>151</sup>, refrescando-se do calor provocado por mais de três horas a combater, sem descanso, no pico do verão marroquino. O coronel Mi-

150 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*, p. 205.

151 *Crónica do Xarife Mulei Mahamet...*

guel de Noronha chegou perto do rei muito animado, e logo lhe deu conta do esforço e acerto com que se pelejava ali. Animados pela presença de D. Sebastião, ouviram-se vozes, depois um grande clamor, a chamar pelo rei, juntando-se-lhes também alguns – poucos – cavaleiros que ainda deambulavam, dispersos, pelo campo.

Alertados de que o rei inimigo se encontrava na retaguarda, uma autêntica massa compacta de soldados, com os “elches” na frente, carregou. A presença do rei animou os soldados, que ainda conseguiram sustentar o embate com grandes perdas para os assaltantes<sup>152</sup>. Seguiu-se novo assalto com tropas frescas, ainda mais avassalador: o coronel Francisco de Távora – a alma da defesa, por assim dizer – foi atingido e morto, fazendo desmoronar a defesa. Pouco depois o rei português fugia a cavalo com outros cinco companheiros, entre os quais se encontrava o seu privado Cristóvão de Távora. “*Eram quatro ou cinco horas da tarde, havendo-se começado a batalha às onze*”<sup>153</sup>.

## 6. A morte do rei

*“No dia 27 de Agosto de 1578, saiu da Câmara de Lisboa um nobre vestido de brocado negro, que trazia um longo manto, fechado à frente, a arrastar atrás de si. Em frente à Câmara, montou um cavalo totalmente coberto de pano de negro. Puseram-lhe na mão uma grande bandeira preta que ele deixou arrastar pelo chão. Em frente a ele iam três homens, envoltos em capas compridas, arrastando longamente pelo solo. Cada um deles levava um escudo negro de madeira. Primeiramente dirigiram-se à Sé e um deles subiu ao cimo das escadas e bradou em voz alta: Cidadãos, cumpre-me anunciar que o vosso rei D. Sebastião morreu. De seguida, despedaçou o escudo na escadaria de pedra. Foram depois para a Rua Nova, proferiram as mesmas palavras e despedaçaram o segundo escudo. Dali seguiram para o Hospital de Todos-os-Santos, onde quebraram o terceiro escudo.”*<sup>154</sup>

A lenda de um D. Sebastião que sobreviveu à batalha de Alcácer Quibir, envergonhado pela derrota e embuçado para não ser reconhecido, surgiu no próprio dia 4 e Agosto de 1578. Nessa mesma noite, sucedeu o caso

152 Frei Bernardo da CRUZ, *Chronica d’El-Rei D. Sebastião...*, v. 2.

153 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada de África...*, p. 82.

154 Maria Augusta Lima CRUZ, *D. Sebastião...*, p. 285.

do embuçado de Arzila<sup>155</sup>: quatro cavaleiros fugidos do campo de batalha apresentaram-se diante das portas de Arzila; pediam que lhes abrissem as portas, alegando escoltarem o rei. Mas embora com vários pontos por clarificar, o episódio não terá passado de um expediente para estes homens ficarem a salvo de uma captura certa, caso tivessem permanecido fora das muralhas da cidade. Contudo, a morte do monarca português durante a batalha não levanta muitas dúvidas, se lermos com atenção as relações dos veteranos que coligiram os depoimentos dos últimos companheiros do rei. Todos os relatos são concordantes quando situam a morte depois de este abandonar o último foco de resistência. D. Sebastião retirou-se na direcção do vau situado a norte do campo de batalha, que o exército tinha atravessado no dia anterior. Escoltavam-no Cristóvão de Távora, o conde de Vimioso, Vasco da Silveira, D. Jerónimo Lobo e D. Nuno de Mascarenhas, e acabavam de se juntar a uma pequena coluna de soldados que também fugiam na mesma direcção. Rapidamente os fugitivos foram cercados por uma larga tropa de cavaleiros muçulmanos. O rei ofereceu resistência à captura, e no calor da disputa foi ferido mortalmente na cabeça. Daqueles que acompanhavam o rei, foi D. Nuno de Mascarenhas que presenciou este episódio final; viu depois alguém assinalar o corpo, rasgando um pedaço da camisa e atando-lha ao pescoço.



FIGURA 16.

Ahmad (al-Mansur), gravura de Richard L. Smith. ©Mary Evans Picture Library

155 Jerónimo de MENDONÇA, *Jornada de África...*, pp. 95-101.

No acampamento dos vencedores o moço de câmara do rei, Sebastião de Resende, tomou conhecimento do testemunho de D. Nuno de Mascarenhas. Com esta preciosa informação, ofereceu-se para trazer o corpo à presença do xarife al-Mansur. No final do dia 5 de Agosto o cadáver foi exposto perante os fidalgos aprisionados. Entre os presentes, encontrava-se o capitão Luís de Oxeda. E foi à luz dos archotes – a noite havia caído, entretanto – que o castelhano descreveu detalhadamente as feridas no corpo: *“Una muy grande sobre la cabeza en el lado derecho, que parecia haver sido causa de su muerte”*, assinalando ainda *“otras pequenas en toda ella”*<sup>156</sup>, talvez resultado da vingança dos *alarves* ao verem perdida a esperança de obter o resgate. Para além destas, apenas se notava um *“arcabuzação de soslayo, debaxo de un braço”*<sup>157</sup>, o que confirma relatos de o rei ter sido atingido durante a batalha. Apresentava ainda outro ferimento num dos dedos de uma das mãos. O corpo foi depois levado para a tenda onde se encontravam alojados os fidalgos; contudo, mas o odor fétido exalado pelo cadáver obrigou a colocá-lo no exterior. De facto, quase dois dias haviam passado e estava-se em pleno Agosto.

## 7. Conclusão

Poucas vezes uma batalha teve um impacto tão determinante como o confronto entre marroquinos e portugueses no dia 4 de Agosto de 1578. A derrota dos portugueses trouxe a breve trecho a anexação por parte do poderoso vizinho castelhano. A sociedade portuguesa, irremediavelmente fragilizada pelas perdas humanas de 4 de Agosto – e ferida no seu amor-próprio – sucumbiu finalmente à invasão militar formal. Do lado islâmico, pelo contrário, a dinastia sávida consolidou o seu domínio do norte de África muçulmano, iniciando pouco depois um curto mas notável período de afirmação, tanto no continente africano como em relação aos reinos europeus. A guerra encontra-se no cerne destas profundas alterações na geopolítica, e foi decidida no confronto entre duas formas de combater provenientes de Ocidente e Oriente. A influência dos otomanos fez-se sentir, sobretudo, a partir da época de Mohamed es-Sheik, e consolidou-se com a entrada em cena de Abd al-Malik. Podemos apreciar o poder desta máquina de guerra, se tomarmos consciên-

156 “Relacion de Luís de Oxeda...”, pp. 53-54.

157 “Relacion de Luís de Oxeda...”.



cia de que os otomanos literalmente varreram todos os reinos cristãos do leste europeu até à Austria, combateu as potências do Mediterrâneo, confrontou os Mamelucos e Persas. Foram os sáidas que reproduziram com maior fidelidade – e êxito – o aparelho militar otomano. A isso se deve, em grande medida, o êxito do dia 4 de Agosto de 1578. As reformas militares levadas a cabo durante o reinado de D. Sebastião foram igualmente profundas, e procuraram absorver o que mais actual se fazia em Espanha e Itália, e parecem ter como objectivo final a intervenção no teatro de operações do norte de África. Apesar de apoiado por parte significativa da sociedade portuguesa no combate ao infiel – vocação enraizada na tradição Ibérica que recua à época da “reconquista” – a introdução de novas formas de combater colidiu, não poucas vezes, com a resistência das élites mais tradicionais. E ainda que vencidas no campo de batalha, a reformas militares sebásticas marcaram, afinal, o fim da guerra medieval em Portugal.

**Fecha de recepción:** 28 de mayo de 2016.

**Fecha de aceptación:** 16 de septiembre de 2016.

